

Jornal da Constituinte

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 13 a 19 de julho de 1987 — Nº 7

PORTE PAGO
DR — BSB
ISR-47-331/86

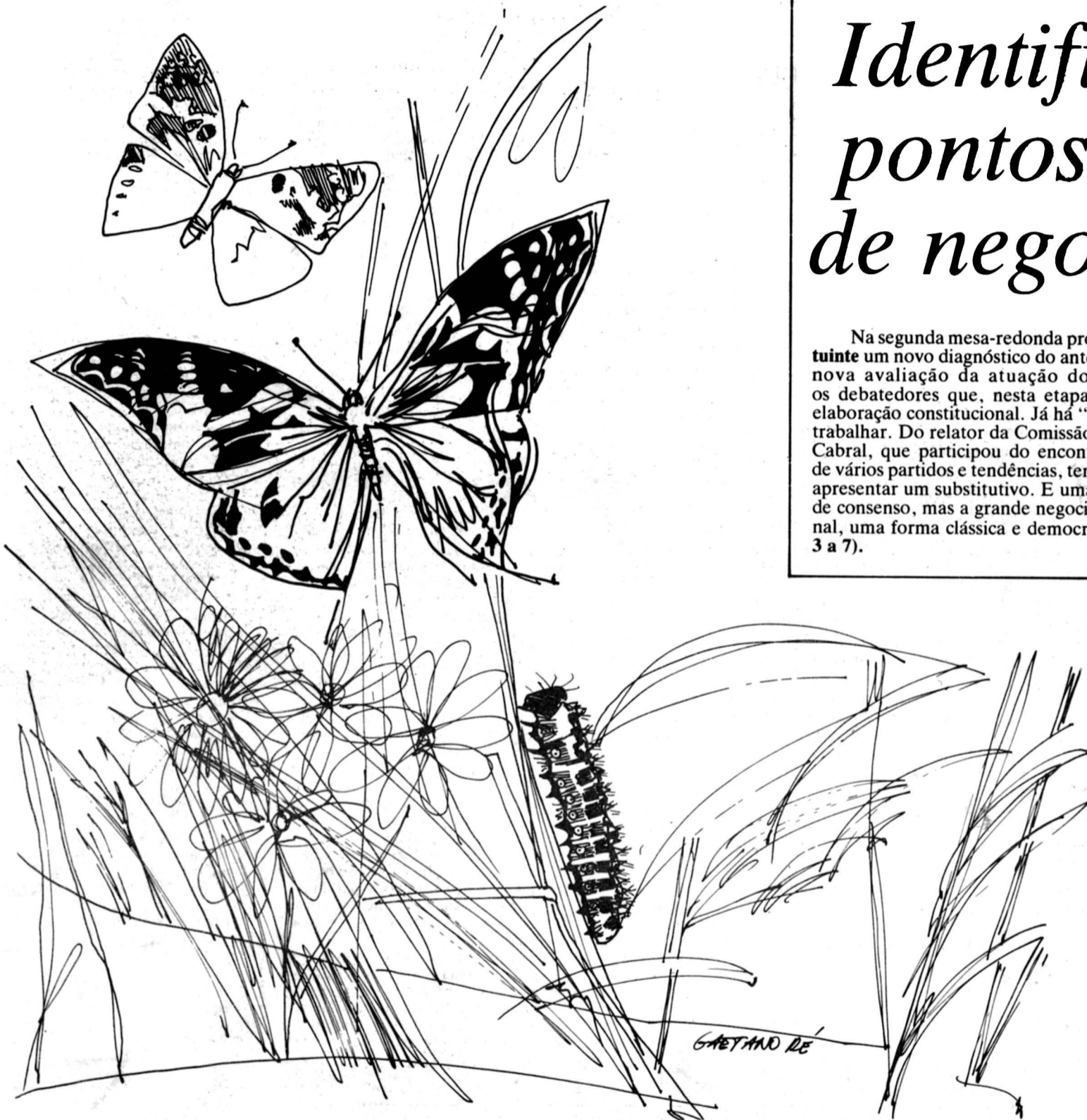
Identificados pontos vitais de negociação

Na segunda mesa-redonda promovida pelo **Jornal da Constituinte** um novo diagnóstico do anteprojeto de Constituição, uma nova avaliação da atuação dos constituintes. Entendem os debatedores que, nesta etapa, começa a fase concreta de elaboração constitucional. Já há "algo vertebrado" sobre o qual trabalhar. Do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que participou do encontro ao lado de parlamentares de vários partidos e tendências, temos o indicativo de que poderá apresentar um substitutivo. E uma conclusão: há muitos pontos de consenso, mas a grande negociação final será pelo voto. Afinal, uma forma clássica e democrática de se negociar. (Páginas 3 a 7).

Nova proposta de Carta com 496 artigos
(Páginas 13)

Mulheres vão à luta pelos seus direitos
(Páginas 8 e 9)

Como será a batalha no plenário?
(Páginas 10 e 11)



Ulysses defende uma carta sintética

Companheiro cidadão constituinte:

Constituinte, sim. Porque V., como eleitor, constituiu os constituintes. Também porque V. pode, como qualquer dos 559 constituintes, apresentar sugestões e co-participar de emendas para elaboração da próxima Constituição.

Já há um anteprojeto, sistematizado pelo relator Bernardo Cabral.

Bernardo Cabral não é o autor desse anteprojeto, como, desavisada e maldosamente, propalam. Com as limitações do Regimento Interno, o talentoso representante amazonense coordenou os anteprojetos das comissões temáticas.

Muita gente não gostou. Mas ela é mera minuta.

Precário borrão.

Pode-se julgar que os andaimes são a casa?

A larva é feia, a borboleta uma beleza!

Trata-se de anteprojeto, nem projeto é.

Vamos corrigir, podar, reformular essa proposição-larva, essa proposição-andaime.

Escrever é cortar letras, legislar é cortar artigos.

A prolixidade é feio vício no falar, no escrever e no legislar. Rui Barbosa, no final de longo parecer, se desculpava: "Peço perdão por não ter tido tempo de ser breve."

Cumpra não atentar contra a hierarquia, sem a qual não há ordem no império das leis. Parodiando a alegoria bíblica, daí à Constituição o que é da Cons-

tituição e às leis ordinárias o que conjuntamente lhes pertence.

A síntese e o respeito à hierarquia são a marca de funcionalidade e da perenidade da Constituição.

Vamos juntos a 15 de novembro cruzar o disco da chegada. Como vencedores, por havermos feito com competência e patriotismo o serviço ordenado pelo povo brasileiro.

Deputado ULYSSES GUIMARÃES

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

As etapas da nova Carta

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte chegam a uma nova fase, mais decisiva, com a participação ampla do plenário na discussão e votação da matéria vencida na Comissão de Sistematização. Até aqui, mesmo com a dilatação do prazo para que o relator Bernardo Cabral formulasse seu parecer sobre as emendas ao primeiro anteprojeto, o cronograma pôde ser mantido e, em consequência, a futura Carta poderá ser promulgada dentro do calendário previsto, em fins de novembro ou no começo de dezembro.

Tão logo foi tornado público o primeiro anteprojeto da Comissão de Sistematização, não foram poucas as críticas desferidas contra o trabalho de Bernardo Cabral. E ele próprio considerou esse esboço inadequado, além de extenso, com seus 501 artigos. No entanto, como se sabe, outro não poderia ter sido o caminho, dentro do roteiro traçado para as atividades da Constituinte, primeiro nas Subcomissões, em seguida nas Comissões Temáticas e, neste momento, na Comissão de Sistematização, já que nesta etapa não podem ser apresentadas emendas que alterem o mérito do trabalho das Comissões Temáticas.

A tarefa da Sistematização, e o nome da Comissão deixa evidente, era exatamente a de ordenar os oito anteprojetos das Temáticas, por elas acolhidos, com exceção de um deles, o da Família, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicação, que não conseguiu aprovar um trabalho final.

Foi uma sistemática aprovada pelo plenário da Constituinte, ao ser elaborado seu regimento interno. A opção recaiu sobre a redação de um anteprojeto, a partir das sugestões oferecidas por segmentos da vida nacional, ouvidos em reuniões de audiência pública na fase das subcomissões. A outra opção seria a de iniciar esses trabalhos com um anteprojeto, como o proposto pela chamada Comissão Arinos, que seria examinado por uma Grande Comissão, hipótese logo descartada.

Assim, não cabe apenas criticar o que já foi feito até aqui. Se o esboço inicial se revelou inadequado, as fases seguintes podem promover alterações, aliás, previstas, para que, ao final, se chegue a um texto moderno e coerente com a realidade vivida pelo País.

O roteiro cumprido e ainda em curso é muito semelhante aos trabalhos ordinários do Legislativo, em que, pelo debate e com a participação ampla da sociedade, se chega a um ponto de convergência, submetido então à apreciação final dos parlamentares. Essa é a via democrática, que busca, pelo exame detido das proposições, converter esse trabalho e norma legal que produza eficácia.

No caso da Constituinte, o debate é mais amplo, com os Senadores e Deputados voltados prioritariamente para a grande tarefa que a Nação sempre reclamou, isto é, a redação de uma nova e legítima Carta para reger os destinos da Nação.

Assim está sendo feito, como toda a Pátria vem testemunhando. As expectativas não devem ser, pois, carregadas de tanto pessimismo, desde que, até o final do ano, teremos um texto despido de autoritarismo e não imposto. Pelo contrário, será ele decorrente da vontade nacional, interpretada pelos Constituintes.

Constituinte — Humberto Lucena Presidente do Congresso Nacional



A larva e a borboleta

Passo a passo, sem atropelos e sem morosidade, mas dentro da velocidade recomendável, a Assembléia Nacional Constituinte caminha para a formulação daquela que, possivelmente ainda em novembro, haverá de se transformar na nossa Lei Maior. Agora, os trabalhos entram numa nova etapa, tão importante como as que a antecederam e, já num processo conclusivo, com a discussão e início de votação, pela Comissão de Sistematização, do relatório do constituinte Bernardo Cabral e as emendas a ele apresentadas.

Esse processo, que muitos podem julgar repetitivo, é nem mais nem menos do que a necessária filtragem de propostas, a consolidação das tendências e a convergência das idéias. Aliás, as idéias são agora, mais do que tudo, a substância que, agindo como uma liga, há de permitir que se chegue ao ponto ideal da massa com que se há de esculpir a futura Constituição.

No artigo de capa desta edição, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, dá bem uma definição da fase porque passa a elaboração da nova Carta, ao dizer que "a larva é feia, a borboleta uma beleza". O que se vai fazer, a partir de agora, é criar o ambiente para que a larva rompa o casulo das divergências políticas e ideológicas para se pôr à luz e atingir o climax de sua mutação.

E nesse conjunto de procedimentos e de expectativa, prossegue o diálogo que certamente atingirá o consenso. Mais uma vez, o **Jornal da Constituinte** reuniu, ao redor da mesa, expressivas figuras do universo constituinte, entre os quais o Presidente e o Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Afonso Arinos e Bernardo Cabral. Esse debate, é a **piece de resistance** no cardápio desta edição, que fala, ainda, sobre os direitos da mulher, a presença constante do povo no Congresso Nacional, os debates no plenário da Constituinte e dos muitos momentos que cercam. Fica a certeza; a bola está em jogo e só a vitória interessa.

Marcelo Cordeiro
Primeiro-Secretário da
Assembléia Nacional Constituinte

Para mudar, ousar e perseverar

A face sombria do cotidiano nacional, que exhibe o menor pudor a miséria explícita de milhões de brasileiros, não mais comporta o exercício trivial dos arranjos fisiológicos e muito menos a submissão impatriótica a interesses de minorias privilegiadas.

É preciso ter coragem para mudar. Mudar já e agora. Mudar para melhor. Antes de tudo, importa revogar de vez o modelo econômico-social que a Nova República herdou do regime autoritário e que tantos males causou à Nação e ao povo. Afinal, o País não pode continuar dividido entre uns poucos que tudo possuem e os muitos que nada têm. Banqueiros, poderosos grupos internacionais, latifundiários e testas-de-ferro do capital estrangeiro não podem continuar a deter o monopólio do poder, decidindo o que convém ou o que deixa de convir à sociedade brasileira.

Os trabalhos de elaboração constitucional, embora não representem um fim em si mesmos ou a tábua de salvação para todas as mazelas que endoam a vida nacional, constituem importantíssimo instrumento para viabilizar as mudanças que o País está a reclamar.

É inaceitável, por exemplo, que o Brasil exiba hoje, para vergonha de todos nós, os mais elevados e comprometedores índices de mortalidade infantil da América Latina. Nem mesmo a covardia ou o comodismo poderiam explicar que 57 de cada 100 crianças com menos de 7 anos de idade vegetem tristemente no círculo de ferro da desnutrição crônica. Ou que a esmagadora maioria dos trabalhadores receba salários de fome. Ou ainda que a terra seja propriedade de alguns.

Em consequência do modelo econômico-social em vigor, sabidamente excludente e concentrador da riqueza, o Brasil corre o sério risco de atingir o Terceiro Milênio com uma população atrofiada, física e intelectualmente. Serão multidões de párias e deserdados, de famintos e esfarrapados, que amanhã não terão quaisquer condições de participar do esforço nacional no sentido de construir uma pátria mais justa e mais livre.

A retórica dos sabujos do poder já não persuade e tampouco engana a ninguém. A fúria solta de inflação, dos juros e do custo de vida, que a cada dia assumem proporções insuportáveis, devora avi-

damente os mínguos salários do trabalhador e as próprias esperanças da classe média. Nas cidades, onde vegetam melancolicamente mais de 70 milhões de brasileiros, persistem o cerco da fome e a violência da miséria generalizada.

Nos campos o quadro é igualmente desolador.

A agricultura continua submetida à camisa-de-força de uma política desvairada, sem normas e sem rumo, que só interessa aos banqueiros e aos poderosos grupos econômicos, cujas fortunas engravidam na exata medida em que empobrece e se descapitaliza o meio rural. A reforma agrária, marcada pela indefinição e pela ambigüidade, patina nas próprias contradições do governo ou nem sequer sai do papel. Ou, quando consegue andar alguns milímetros, é barrada nos tribunais. Enquanto isso, 12 milhões de agricultores sem terra, pequenos e médios proprietários, meeiros, parceiros, assalariados rurais e bóias-frias, convivem com a pobreza absoluta, com a angústia e com a desesperança.

Se é lícito reconhecer que houve alguns avanços nos trabalhos de elaboração constitucional, especialmente na área social, importa admitir, também, que os temas econômicos, desde a reforma agrária até a definição de empresa nacional, registraram recuos profundamente condenáveis. O latifúndio e o capital estrangeiro, ao menos até aqui, alcançaram surpreendente êxito, esmagando direitos coletivos e pondo em risco a própria soberania nacional.

Convenço-me, por isso mesmo, de que não basta o discurso emplumado para mudar o Brasil. É preciso ousar e perseverar. Ousar para romper definitivamente com os padrões estereotipados que o poder econômico continua a impor. Ousar para socializar a terra e a riqueza, assegurando a cada brasileiro o direito inalienável a uma vida digna e decente. Perseverar para consolidar os valores da liberdade, da justiça social e da democracia, eliminando para sempre a perspectiva de retrocessos institucionais ou novas tutelas disfarçadas.

Ousar e perseverar para mudar. Mudar com o povo e com a história.

Constituinte Amaury Müller
Primeiro-Vice-Líder do PDT na Câmara dos Deputados e Assembléia Nacional Constituinte.

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:

Presidente: — Ulysses Guimarães; Primeiro-Vice-Presidente — Mauro Benevides; Segundo-Vice-Presidente — Jorge Arbage; Primeiro-Secretário — Marcelo Cordeiro; Segundo-Secretário — Mário Maia; Terceiro-Secretário — Arnaldo Faria de Sá. Suplentes: Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO:

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso Martins de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Alves Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino

Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto
Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel Vilela de Magalhães.

Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretário de Redação Adjunto — Paulo Domingos R. Neves
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves e Felipe Queiroz
Ilustração — Gaetano Ré

EQUIPE:
Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara,
Ana Beatriz Mendes Cleto, Regina Moreira Suzuki, Juarez

Pires da Silva, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Júlio César Roffé, Antônio Lopes Batista, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, May Wolf, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Viera Bomfim, João José de Castro Júnior, Eurico Schwinder, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Reinaldo L. Stavalle, Benedita Rodrigues dos Passos, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna, Paulo Roberto Cardoso Miranda, Eduardo Augusto Lopes e Nelson Maranhão Neto.

Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

REDAÇÃO: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP
— 070160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569
— Distribuição gratuita



Uma nova avaliação dos trabalhos constituintes, um novo exame do anteprojeto de Constituição e novamente o entendimento. Não total. Algo em torno de 90%; o suficiente para evitar o conflito, o confronto no plenário final. O restante será decidido no voto.

Esta foi uma das muitas conclusões a que se chegou após três horas de debates em que o **Jornal da Constituinte** ouviu não só lideranças partidárias de diferentes tendências, mas o próprio Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB — AM), para quem se realizou até agora um verdadeiro “milagre pedagógico”.

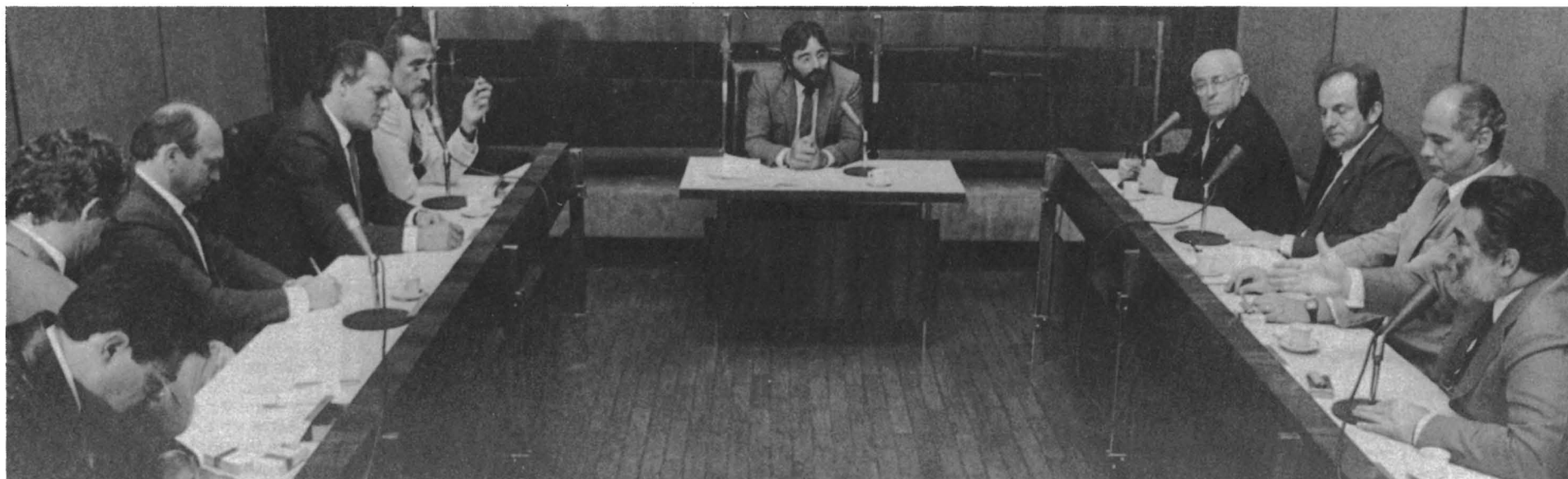
Do debate participaram os Constituintes José Genoio (PT — SP), Roberto Freire (PCB — PE), Jayme Santana (PFL — MA), Gastone Righi (PTB — SP) e Virgílio Távora (PDS — CE). No final do encontro o Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos (PFL — RJ), apareceu e também quis participar dos debates prestando depoimento que o **JC** registra.

Uma vez mais a opinião unânime foi a de

que o atual anteprojeto de Constituição é um “monstro”, resultado de um processo de feitura inédito e das próprias contradições da sociedade. Mas também uma unânime certeza: este não será o produto final.

A possibilidade da apresentação de um substitutivo pelo relator, prevista no Regimento Interno da ANC, foi debatido, baseada em manifestação do próprio Deputado Bernardo Cabral ao admitir que isto poderá ocorrer. A preocupação, no entanto, é quanto à necessidade de, nesta segunda fase, realizar-se um trabalho linear, a partir, enfim, de um esboço, algo “vertebrado”, sobre o qual se inicia a fase mais concreta de elaboração constitucional.

Para o Relator Bernardo Cabral há uma outra expressão que terá de nortear os próximos passos: transação, uma alternativa jurídica para prevenir e (ou) evitar litígios. Quanto à interferência da conjuntura na Constituinte a conclusão é de que ela não pode interferir na estrutura do texto constitucional, que se quer duradouro. De outro lado, não se pode ignorar este “vulcão” em torno do qual vive a Constituinte.



O Primeiro-Secretário da ANC Marcelo Cordeiro (c) coordenou a segunda rodada de debates promovida pelo **Jornal da Constituinte**, iniciativa que será repetida semanalmente.

Voto como arma de negociação

Marcelo Cordeiro — Esta é uma troca de idéias entre políticos de diferentes correntes partidárias, ideológicas, com vistas a aprofundar o debate político, não o debate temático sobre matérias constitucionais. Mas a Constituinte é um grande centro de ação política. E esta parte precisa também ser debatida. Estamos, atualmente, vivendo, em relação à Constituinte, um debate muito grande, principalmente depois do advento do anteprojeto, oriundo das comissões temáticas, e que na Comissão de Sistematização mereceu do Relator um tratamento bastante eficiente de compilação.

Vamos começar ouvindo o Constituinte Bernardo Cabral, pelo fato de ser o Relator da Comissão de Sistematização. Vamos ouvi-lo para que prove que as primeiras idéias.

Bernardo Cabral — Entendo que as críticas que vêm sendo feitas ao anteprojeto padecem da visão distorcida que se espalhou sobre o trabalho dos Constituintes. Este trabalho começou nas subcomissões, a seguir continuou nas comissões temáticas e a seguir também, porque foi uma sequência, veio para a Comissão de Sistematização, no sentido de compatibilizar esses textos e agora ade-

quar as emendas aos textos que foram aprovados nas comissões temáticas. As regras regimentais que balizaram a atuação do Relator, cercearam enormemente a minha liberdade de iniciativa. Detectei no anteprojeto, a par de virtudes e inovações elogiáveis, inconsistências, desvios e, acima de tudo — aí sim é que se pode fazer o grande registro —, a ausência de um conduto ou de um fio condutor filosófico. Querer reprovar o trabalho que foi feito, ora chamando de monstro, de quassimodo de Frankstein, é desconhecer que os Constituintes realizaram um grande trabalho. Nas subcomissões, partindo do nada, contrariando uma tradição constitucional que já vinha com um pacote feito, os constituintes apresentaram um trabalho inicial. Este trabalho passou para as comissões temáticas e aí começa a se operar um milagre, que é o milagre pedagógico. Cada comissão temática — e isso já havia acontecido nas subcomissões — funcionava ao mesmo tempo, umas não sabiam o que nas outras se passava. E à medida que isso acontecia teria que existir, como existe, como existiu, textos díspares. Chamaria a atenção para o debate de que a coisa que melhor se poderia registrar é que constituinte algum

deixou de produzir alguma coisa. Nesta Assembléia Nacional Constituinte não há figuras nem de primeira, nem de segunda classe. Todos os votos são rigorosamente iguais, as experiências podem não ser o ângulo funcional, mas são do ângulo pessoal que vão infletir para esse campo. Afinal de contas, uma Constituição não é uma ficção jurídica que possa ser uma obra de meia dúzia de pessoas. Tem que ser a síntese jurídica da vontade nacional.

José Genoio — O processo de feitura da Constituição foi uma conquista democrática, consagrada no Regimento Interno. E nos colocamos, desde já, numa posição contrária a qualquer atitude que fira, que passe por cima do Regimento Interno. Esta não é uma questão meramente formal, é de conteúdo. É verdade que o anteprojeto que veio das comissões temáticas tem coisas contraditórias, porque foram contraditórias as decisões tomadas nas comissões. Ele contém avanços importantes que defendemos. Citaria principalmente a Comissão da Ordem Social e a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; contém retrocessos e posições das quais discordamos, como na Comissão da Ordem Econômica e noutras

comissões, mas cito apenas essas. Temo que essas críticas que estão sendo feitas ao anteprojeto, de monstro, de “bebê de Rosemary” e outras coisas desse tipo, sejam exatamente pelo que ele tem de avançado, pelo que foi produzido nas comissões.

Rejeito aqui, de antemão, de maneira peremptória, bem radical, qualquer tentativa do Palácio do Planalto de querer colocar um substitutivo, achando que já é o momento de fazer uma espécie de cambalacho. Acho que o Relator — e disse isso em vários momentos — agiu corretamente ao fazer aquele trabalho no seu anteprojeto, que é o que está nas comissões. É claro que não podemos abstrair as opiniões e as posições políticas e ideológicas de quem está fazendo um anteprojeto. Agora, este anteprojeto tem que ser filtrado a partir de um debate muito bem situado dentro do plenário da Constituinte, porque temos dois fatores muito importantes nesse processo. O primeiro é a participação de todos os Constituintes, que não pode ser negada de maneira alguma. O segundo é a participação organizada da sociedade, através das iniciativas populares e, agora, pela presença das entidades, do movimento organi-

zado e consciente para acompanhar o processo de Constituição.

Virgílio Távora — Dirvijo muito da maioria das opiniões que, na imprensa, temos tomado conhecimento. O que poderia fazer a Comissão de Sistematização nesta primeira rodada, a não ser seguir o Regimento que foi votado pela Constituinte? Justamente sistematizar a obra, o trabalho dessas oito comissões que, por sua vez, procuraram tornar coerente a tarefa das subcomissões. Nunca, que eu saiba, partiu-se para a organização de uma Carta Magna da forma como procedemos dessa vez. Foi uma decisão soberana da Constituinte. Portanto, não se pode reclamar. O milagre seria se todas essas subcomissões e comissões pensassem da mesma maneira, trabalhando ao mesmo tempo. Queria dar aqui um testemunho, sem lançar flores sobre o Relator, Bernardo Cabral, porque o trabalho da Comissão de Sistematização, do relator, dos relatores auxiliares, tem sido enorme, com o máximo de isenção tem procurado fazer um texto legível e claro.

É um trabalho fascinante que o plenário vai ter pela frente. Gostaria de dizer, saindo um pouco do assunto, que o bom, talvez, não seja aquilo que todo o mundo deseja; mas tenho certeza de que o



ótimo é inimigo do bom. Quem pensar que vai fazer uma Constituição para a Suíça está muito enganado. Somos brasileiros, temos os defeitos e as qualidades do povo brasileiro, e esta Constituição vai ter os senões oriundos justamente da nossa origem, da nossa etnia.

Roberto Freire — Há uma unanimidade de que isto que está aí, como anteprojeto ou como esboço, é realmente um mostrengo. O que estamos querendo é justificá-lo. É fácil justificá-lo. É produto de uma escolha, de um caminho que a Constituinte soberanamente adotou. Escolheu sair do caos ou do nada, para chegar, ao final, com uma Constituição que tenha uma lógica, que seja realmente um arcabouço jurídico. Estamos ainda no meio do caminho.

Talvez estejamos agora, realmente, iniciando uma etapa da formação ou da construção da Constituição. Seria o início daquelas formas tradicionais de Assembleia Nacional Constituinte de como construir uma Constituição, que é o anteprojeto. É evidente que não temos de estar reclamando da decisão, mas eu diria que poderíamos ter a mesma participação, talvez até de forma mais eficaz para a sociedade civil, de todos os grupos de pressão, se tivéssemos feito uma outra escolha mais disciplinada, mais organizada, menos caótica. Se tivéssemos um mínimo de algo vertebrado para o início dos trabalhos, não é uma questão meramente formal, mas talvez seja uma questão de método. A legislatura, e seja ela em qualquer quadrante, independente do regime político, tem uma certa sistemática. Apresentam-se projetos e sobre eles apresentam-se emendas. Assim, organiza-se muito mais o debate e a discussão. Fizemos uma escolha de sairmos do nada, ao contrário, pulverizarmos o processo constituinte para agora começarmos a fazer algo vertebrado, que é o que começa a fazer a Comissão de Sistematização. Há que se ter muita clareza sobre isso.

A partir desta etapa de emendas de adequação, o papel da Comissão de Sistematização vai ter que dar o mínimo de ordenamento, até para que este anteprojeto possa receber emendas que realmente viabilizem uma Constituição que seja duradoura, ou que pelo menos seja respeitada tão logo seja promulgada.

Jayme Santana — Uma Constituição tem que traçar a realidade, a verdade da nação. Ocorre que ninguém mora na nação, as pessoas moram numa casa junto com sua família, numa rua, num bairro, numa cidade, num estado. E isso tem que partir exatamente daí.

Concordo com o que se diz, realmente é um mostrengo. Mas concordo muito mais ainda com a metodologia usada. Prefiro esta

Constituição feita assim, partida da intenção, do desejo de 559 constituintes que foram eleitos para isso. Ela espelha exatamente o que é a sociedade brasileira. Uma sociedade com intensas deformações, diferenças inter-regionais, interpessoais.

Concordo que ela é um mostrengo, mas tenho a certeza de que não será esse o produto final.

Os meios para chegarmos a esse produto final, as pessoas aqui sabem e têm conhecimento. Quero louvar o trabalho do nosso relator, porque entendo que, neste primeiro momento, realmente, acho que o stress está plenamente justificado, em virtude da complexidade do documento que recebeu. Mas acho que o caminho é o entendimento. Já estou trabalhando nesse sentido, juntamente com um grupo, que é suprapartidário, porque acho que é nesta Casa que temos de encontrar esse entendimento. Se não nos entendermos aqui neste Congresso não poderemos exigir nenhum entendimento no restante da nação brasileira.

Gastone Righi — O que estamos procurando é encontrar um meio de aprimorarmos, ou pelo menos de realizar alguma coisa razoável. Somos unânimes em reconhecer



Bernardo Cabral:
ouço muito falar em esquerda, direita, progressistas e conservadores. Não quer dizer nada. Queremos apenas que os constituintes tenham sensibilidade política.

que não temos em mãos uma matéria aproveitável em seu todo, parcialmente, talvez, coisas úteis, mas em seu todo de uma inutilidade e até de uma dificuldade muito grande para caminharmos.

Tudo foi errado. O Regimento Interno é uma barbaridade. Foi mal-feito, e por gente que não teve a competência, a necessária lucidez. Não importa a dignidade e quanto é ilustre o relator do Regimento Interno. Na verdade, deveríamos ter começado pela Comissão de Sistematização, ao invés do que ocorreu. Lá deveria ter-se dado um anteprojeto que iria ao plenário, receberia emendas de todos os constituintes e aí seria compartimentado e dado às subcomissões, para que relatassem as emendas, modificassem e daí subissem à Comissão de Sistematização.

Essa era tranquilamente a única forma coerente de se atuar e de real participação. É preciso desmistificar. Os constituintes vão ter um mínimo de participação individual na elaboração dessa Constituição. A participação só é possível, num conselho de 559 constituintes, através das 24 subcomissões. Aí, sim, individualmente o constituinte debateria e apresentaria a sua influência individual, estigmatizada no texto. Hoje, não. Hoje vamos ter, teoricamente, a participação do constituinte. A coisa dar-se-á por rolo compressor, indiscutivelmente. Nós não teríamos de ter compromisso com o tempo, mas, sim, com a perfeição do trabalho. Estamos querendo arrancar a toda força uma Constituição até 15 de novembro. Ora, esse tipo de compromisso levará à instituição de um rolo compressor. Seremos pressionados pela opinião pública, pressionados pela imprensa, e isso em detrimento e sacrifício desta Constituição. O plenário deveria ter definido antes qual o sistema de governo, o sistema econômico, o sistema financeiro. Se tivéssemos definido antes quatro ou cinco linhas mestras, teríamos pelo menos uma coluna vertebral, sobre a qual assentariamos, depois, a construção do esqueleto, o arcabouço.

Adequar quer dizer adequar um texto, por exemplo, à realidade social brasileira. É adequar um texto à realidade da gramática brasileira. É adequar um texto à sua exata expressão jurídica. A linguagem há de ser a linguagem constitucional, a linguagem jurídica. O Direito é uma ciência e não uma brincadeira, um desforço literário. Eu preciso adequar. Eu preciso compatibilizar. Eu não posso colocar no texto constitucional que 10% do PIB brasileiro serão investidos em tal e em tal coisa. Ora, este dinheiro não existe. Se eu apanhar todos os recursos pecuniários do País, mesmo assim não alcançarei os 10% do PIB brasileiro. Não posso permitir que no texto constitucional existam coisas que assustem o empregador e o empregado e que deixem a Nação em suspense como, por exemplo, o direito de estabilidade no emprego, de uma forma genérica, que sequer aproveita o empregado, deixa o empresário sem fazer investimentos até a data de conclusão desta Constituinte, para, assim, verificar que o bicho não é tão feio da forma como foi pintado.

A título de exemplo, um dispositivo diz que nenhuma incidência sobre a folha de salário poderá existir, a não ser para o fundo de seguridade social. Ora, com isto, quebro toda uma realidade nacional: do sindicato, que dá a sua contribuição, a perspectiva de uma associação poder sobreviver, a contribuição médica. Um dispositivo deste fere toda uma realidade. Ele fere a sobrevivência de todas as outras entidades, instituições, etc. Estas coisas têm que ser adequadas.

Bernardo Cabral — Tem toda razão o Gastone Righi quando diz que no Regimento não há nada que nos proíba o substitutivo. Vou inverter. No Regimento há o permissivo para apresentação do substitutivo. O problema que se cria é o seguinte: esta Comissão de Sistematização deveria avançar mais, ou deveria ficar onde ficou.

Acabo de ouvir duas interpretações diversas. O Roberto Freire acha que deveria haver, pelo menos, em termos de linguagem, uma depuração, sem ferir o mérito. Por outro lado, Gastone Righi entra no problema da estabilidade, lembrando que não deveria ser tanto. Acontece que quando criaram este Regimento, que não é de minha autoria — ainda bem —, fizeram-no dizendo o seguinte: compete à Comissão de Sistematização compatibilizar o que foi aprovado nas comissões temáticas. O que se aprovou na comissão temática da estabilidade, de uma forma não se reprovou em nenhuma outra, nem sequer conflitou.

Conseqüentemente cabia, como foi feito, que a Comissão de Sistematização respeitasse, *ipsis litteris*, a redação que veio sobre a estabilidade. Não cabia fulminá-la agora ou dissertar sobre ela, a não ser que numa outra comissão temática não tivesse sido dado esse direito. Como não foi dado, silenciou-se. Outro exemplo: numa comissão foi dito que não havia diferença entre o homem e a mulher, todos éramos iguais, à exceção do parto, do aleitamento e da gravidez. Já atribuíram a frase a mim. Não que eu censure quem



Virgílio Távora:
quem pensar que vai fazer uma Constituição para a Suíça, está enganado. Somos brasileiros, temos os defeitos e qualidades dos brasileiros.

a redigiu, mas não a colocaria num texto constitucional. Como nenhuma outra comissão insurgiu-se contra essa frase, fui obrigado a registrá-la, porque não tinha o que compatibilizar, nem adequar, porque não é a fase de adequação. Aquela primeira fase é de compatibilização. Aprovada a matéria nas comissões, a Comissão de Sistematização, quando compatibiliza, abre o prazo para emendas de adequação. As emendas que são de adequação se, eventualmente, foram de preferência do relator, no plenário, o próprio constituinte vai pedir destaque e dizer: não. Porque ele tem o direito de pedir esse destaque, porque foi rejeitado na hora da adequação, mas não foi indeferida a matéria, porque não era de mérito. E aí estão elas postas para que agora, quando nos

debruçamos sobre as emendas de adequação, possa o plenário verificar o que vai ficar. Só na fase de plenário da Assembleia Nacional Constituinte é que teremos, em verdade, o perfil. E aí chega agora a minha circunstância do substitutivo. Com o poder que o relator tem, devo declarar, desde logo, que a minha adequação, aí sim, a minha compatibilização final será respeitar o que a maioria do plenário decidiu. Qualquer que seja o Poder que aqui queira interferir, estará desvirtuando a maioria. Ainda que pudesse passar, violentaria a minha consciência.

Gastone Righi — Fico muito satisfeito em verificar que o relator tem como ponto de vista a necessidade premente desse substitutivo e devo alertar a todos para o fato de que a Nação está inquieta. Realmente, todas as atividades econômicas, os setores empresariais, todos estão perplexos diante de um texto que, por mais que proclamemos que não é definitivo, que é meramente transitório, é fruto de um processo de paradoxos, não se convence a ninguém, porque o que se tem e que a imprensa pode exibir, e exibe, exercendo o seu poder de crítica, ainda mais quando em relação ao Legislativo, ela se sente insuflada da fazê-lo, porque é agradável a todos o ataque ao Legislativo. Então, ela faz e o faz sobremaneira expondo, pondo a nu determinadas expressões, sem destacar no entanto coisas positivas.

Marcelo Cordeiro — Estamos agora diante da imperiosidade de negociarmos, estabelecermos os elementos de consenso entre partidos e correntes de opinião que possam ser aceitos pela sociedade. Aí coloco a seguinte questão: estamos diante de uma etapa em que os mecanismos de negociação não estão ainda suficientemente claros. E um substitutivo?

Outra questão: se os constituintes deverão votar por orientação partidária ou a partir de decisões extrema e meramente pessoais, o que gera um tipo de armação do processo de negociações já bastante mais complicado. Então, coloco o seguinte: como os senhores vêem o mecanismo de negociação?

Haverá questões que serão decididas pelo voto. Não tenho a menor dúvida de que haverá um consenso, uma negociação em torno de 80, 90% dessas questões. E isso é democracia.

Gastone Righi — Vamos para o voto.

Virgílio Távora — Vamos para o voto. E quem disser o contrário — desculpem-me, aqui não estamos esbanjando experiências passadas — está querendo iludir-se. 90% são questões em que pode haver entendimento. Agora, em 10%, não vamos ter dúvidas, não haverá acordo sobre algumas dessas questões, quem disser isso está iludindo a si mesmo ou querendo iludir o público.

José Genoino — O voto na Constituinte não é voto partidário, o voto na Constituinte é o voto individual, porque aí há opções. Porque as opções que se dão na Constituinte são opções a partir da legitimidade dada a cada constituinte. Não existe questão fechada na Constituinte.

Marcelo Cordeiro — O José Genoino diz que o voto é pessoal,



o que dificultaria grandes acordos, porque nenhum partido pode dar garantias do cumprimento de acordos que entre as lideranças se estabeleçam. Ponho como pergunta a todos — até concordo com você — como resolver na negociação esse fato de não se ter eixos, centros capazes de dialogar e acertar?

Virgílio Távora — Tenho a impressão de que as imposições partidárias vão cessar quando a imposição de consciência começar. Acho que o partido deve recomendar, mas imagino que não pode, de uma hora para outra, o líder de um partido sozinho fazer, num gabinete, uma composição, uma negociação sem que os demais companheiros saibam. É bom que tudo seja realmente transparente.

José Genoíno — Digo isso a vontade, porque o Partido dos Trabalhadores, desde a instalação dos trabalhos na Constituinte, tem votado posições semelhantes no plenário e nas comissões, e as posições temos discutido francamente. E o próprio Partido dos Trabalhadores, numa questão polêmica no seu projeto de Constituição, abriu essa questão para que os constituintes se posicionassem de livre e espontânea vontade como, por exemplo, na questão do aborto. E o Partido dos Trabalhadores tem um projeto de Constituição, vamos apresentar emendas de mérito a partir da fase que o Regimento nos permite. É como vamos resolver esta questão hoje do plenário? Nem podemos resolver através só dos partidos, nem podemos fazer somente através da pulverização individual, temos que buscar a mediação. Porque temos um quadro partidário que reflete ainda, aqui dentro da Constituinte, um processo velho. Então, acho que tem que se mesclar os dois aspectos na negociação, têm correntes dentro dos partidos, têm blocos, têm forças.

Gastone Righi — Um líder não deve expressar a sua opinião pessoal, deve trazer a média do pensamento da sua bancada. Na minha bancada não tenho problemas, reúno 20 constituintes, conversamos e chegamos a um consenso. Numa bancada de 305 constituintes, como é o caso do PMDB, cabe à liderança ter o respeito pelas várias correntes que compõem o seu partido. Se pretender refletir ou significar apenas uma corrente, quicá minoritária, será perdedor em plenário. A confiabilidade que teremos no resultado está na exata medida da confiabilidade que temos em relação às lideranças. Esse apelo é que deve ser feito às lideranças, para que elas expressem a média do pensamento da sua bancada e não exatamente a sua posição individual.

Virgílio Távora — Com permissão do PMDB, é ou não é pública e notória uma dicotomia flagrante

de opiniões a respeito? Vamos citar alguns casos: o da reforma agrária? É ou não é patente, flagrante, a divergência total a respeito do direito de propriedade? É ou não é flagrante e total a divergência que existe sobre o conceito de empresa nacional que, entre parênteses, está muito bem definida e quem diz o contrário é porque não leu todo o anteprojeto; talvez seja uma das coisas melhores definidas no projeto.

Roberto Freire — Vou fazer uma colocação de princípio. Quando se fala em negociação, não significa só o consenso, acordo ou entendimento. A negociação também se dá quando há disputa do voto. Nesse momento, a negociação significa admitir-se que o voto decida.

Virgílio Távora — Vamos fazer isso. É o que estou dizendo: concordamos com 90% e os 10%, meus amigos, ou nos entendemos ou vamos disputar. A democracia pelo voto.

Roberto Freire — Não vamos criar muito problema em torno disso, porque acho que, durante todo esse processo, as negociações foram feitas. E foram feitas nas subcomissões, nas comissões. Em



Marcelo Cordeiro:
Estamos diante da imperiosidade de negociarmos, de buscarmos os elementos de consenso entre todos os partidos e as correntes de opinião.

algumas, por não terem admitido a negociação fundamental, que era a negociação do voto, até a violência existiu. Foi exatamente no momento em que não se quis respeitar as regras mínimas da convivência democrática, como foi na Comissão de Ordem Econômica, por não se admitir o voto. Na Educação, também, por se ter feito um acordo, um cambalacho, aí sim, houve um cambalacho interno. Violou-se essa norma e cometeu-se aquela indignidade e uma violência injustificável. Se pensava que ia haver a violência da UDR contra os trabalhadores rurais, não teve muito lá em cima nas galerias, teve embaixo. E aquilo não ajudou em nada. E por que foi aquilo? Por conta de uma violência cometida pela Mesa, pe-

la Presidência, naquele momento, de não querer admitir o processo claro de negociação, de que, quando não há consenso, o voto decide. Claro que, na formação da Constituição, voto tem que ser individual.

Virgílio Távora — A do constituinte José Genoíno é que se aproxima da minha.

Marcelo Cordeiro — Temos, hoje, um problema posto: é o reflexo de uma crise conjuntural de grande profundidade na Constituinte. Este problema gerou até uma proposta do constituinte José Richa, de suspensão dos trabalhos constituintes.

Roberto Freire — Já rejeitado por todo mundo.

Bernardo Cabral — O que noto é que estão querendo fazer da conjuntura uma via oblíqua para interferir sobre a estrutura da Constituição. A crise é conjuntural, não é estrutural. Se levamos em conta que esta conjuntura, que esta eventualidade — inflação, renegociação da dívida externa, juros altos, são problemas conjunturais, que conseqüentemente poderão ser resolvidos a curto prazo — um ou dois anos, não importa, até seis meses. Esses problemas não devem ir para o bojo da Constituição, ou seja, da sua estrutura, porque acabam sendo multifacetados casos que irão ficar mortos daqui a pouco. Ou seja, a estrutura de uma Constituição já começa envelhecida, porque estão querendo inserir problemas que podem ter solução a curto prazo.

Jayme Santana — A proposta do Senador Richa, com todo respeito que tenho por ele, conseguiu unanimidade contra. Tenho cinco anos de Casa, e pela primeira vez vi um consenso contra alguma coisa. Isto ajuda o processo de negociação, porque toda a Casa se uniu contra essa proposta. Ele já vem evoluindo. Hoje já li no jornal que Richa teria dito que o local de discussão seria evidentemente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Então, que neste período de recesso se convoque, até sem ninguém receber nada, para que sejam discutidos os aspectos conjunturais. Tudo bem. Acredito que possa ser uma solução.

O outro aspecto é o da interferência do Governo. Ele pode tentar interferir, mas também ajudou a unir esta Casa contra este tipo de procedimento, porque é abusivo. É claro que o Governo tem os seus deputados mais ligados, através dos quais pode apresentar suas propostas e suas emendas, mas não em verdadeiros substitutos, por capítulos, como eu vi alguns.

Quanto ao entendimento — quero me referir ao que disse o Roberto Freire. Esse grupo do qual estamos participando, que objetiva começar a traçar pontos; quais os pontos que são realmente conflitantes; quais os pontos em torno dos quais podemos fazer e ter algum tipo de acordo; quais os pontos que são inaceitáveis e sobre os quais evidentemente não haverá acordo? A primeira reunião foi muito objetiva, porque saímos do primeiro dia com um elenco de pontos sobre os quais teríamos de discutir. Chegou-se a qualquer coisa em torno de vinte pontos, e aqui concordo com o senador Virgílio Távora mais uma vez, porque eu mesmo solicitei

que fossem retirados da pauta problemas tais como: sistema de governo, mandato do presidente Sarney e outras coisas, porque sobre isto, evidentemente, não haverá acordo, haverá voto. Mas identificamos alguns pontos. Reforma agrária, por exemplo, vamos ter de trabalhar em torno. Conceito de propriedade produtiva, emissão de posse, módulo máximo, desapropriação, o Estado na economia, conceito de empresa nacional, reserva de mercado, o aspecto de comunicação e o Conselho de Comunicação Social, recursos públicos para educação, problema privado, déficit público, seguridade social, recursos para saúde, recursos para a previdência, assistência social, SENAI, SESI, SESC. Área trabalhista: estabilidade, férias em dobro, quarenta horas semanais, direito de greve, unidade ou pluralidade sindical. Estatização de setores essenciais, sistema financeiro, desigualdades regionais, questão urbana, piso salarial, dívida externa, moratória, dívida interna.

Isto é que digo que está aberto a todas as pessoas que queiram, em função das teses que nos une. Quais são? Todos queremos uma Constituição que seja progressis-



José Genoíno:
A Constituinte não pode partir de uma espécie de "acordo"; a negociação deve se dar no plenário, nos enfrentamentos políticos e ideológicos. O resto é cambalacho.

ta, moderna. Segundo: no nosso caso, não gostaria de ficar aqui numa dicotomia, com uma proposta de extrema-esquerda, de extrema-direita, porque entendo até que isso não é perfil da sociedade brasileira. Queremos o equilíbrio. Não vim para cá, como não veio este grupo, para ficar sem uma proposta para, pelo menos, lutar em torno dela, à medida em que não posso votar numa proposta da extrema-direita ou numa proposta da extrema-esquerda, já que aqui no Brasil ainda se discute em esquerda e direita. Esta é a nossa filosofia. Em torno dessas teses maiores, acho que é muito fácil unir as pessoas.

José Genoíno — Criou-se um debate na imprensa e se falou mui-

to de que haveriam propostas de extrema-esquerda aqui no Congresso. Não é verdade. Eu, por exemplo, defendo o socialismo. O PT, que defende o socialismo, não apresentou um projeto de Constituição para um país socialista. No seu projeto, o PT enfrenta alguns problemas chaves, que entendemos no atual momento. Uma série de questões na elaboração do texto constitucional, que vai tratar das relações globais da sociedade, do ponto de vista político, econômico e social. É claro que a intervenção, as críticas, vão estar embuídas das convicções político-ideológicas. A votação vai expressar não um projeto de Constituição socialista. É claro que nosso projeto tem, vamos dizer, um embasamento da nossa visão de sociedade, mas não é um projeto de Constituição socialista.

Acho que esse negócio de extrema-esquerda não existiu. O que me surpreendeu na Constituinte — vou ser franco neste debate — é que não imaginava que no Brasil houvesse uma direita tão "direitosa". Esse foi o problema, porque veio o rolo compressor. Neste sentido, acho que estamos abertos e acho que são possíveis negociações pontuais; em questões globais, dependerá muito de debate. Vamos votar muitas questões, porque a negociação não impede que se vote, pelo contrário, ela se dá no voto e na marcação de posições até o ponto final da elaboração da Constituição, e em muitas questões de fundo, nós, do PT, vamos manter nossa posição até a parte final.

Roberto Freire — Da mesma forma, o Partido Comunista não apresentou nenhuma proposta socialista. Agora, como não fomos ingênuos para imaginar que faríamos um Brasil socialista com esta Constituinte, também não temos nenhuma ingenuidade de achar que esse Brasil não tenha uma direita tão forte quanto essa. Acho que ela está fraca.

José Genoíno — Usei a expressão, de "uma direita tão direita", porque no que diz respeito à reforma agrária, à desapropriação, a módulo e a uma série de questões, sinceramente, se aquelas propostas fossem aprovadas, acho que seria até uma falta de lucidez para a burguesia — disse isto na Comissão —, que iria apostar na sua própria destruição, porque não quer dar alguns anéis e será obrigada a dar os dedos, e quem sabe, mais do que os dedos. Faltou lucidez até do processo global. O que vi em muitos setores da burguesia foi uma visão corporativista no tratamento de seus problemas; ela não tinha uma visão nacional nem do capitalismo, o que era pior. Uma visão corporativista, estreita, vinculada ao seu interesse imediato. Foi neste sentido que coloquei.

Outro problema que considero importante focalizar no debate é o da crise conjuntural. Se é verdade que a crise conjuntural não pode ser decisiva para a feitura da Constituição — não deve — é também verdade que não podemos fazer a Constituição sem levar em conta a crise conjuntural, porque há pontos de crise conjuntural que incidem na Constituinte, por exemplo, a questão do mandato presidencial, a questão do sistema de governo. Há outras questões estruturais, mais de fundo, que podem ser tratadas como algo



mais permanente, porque não podemos fazer uma Constituição conjuntural, mas também não podemos deixar de considerar o seguinte dado: não podemos fazer uma Constituição sentados em cima de um vulcão, sem tratar essa questão.

Jaime Santana — Esses debates todos sobre a Constituinte emergiam no tipo de sistematização da Constituinte entre conservador e progressista, como se ela tivesse só essas duas opções a fazer. A princípio, parece-me de certa pobreza teórica enquadrar um movimento de raízes tão grandes na sociedade, como é um processo Constituinte como o que está sendo realizado, e de composição tão heterogênea de partidos e pessoas, com níveis de participação intensa e de liberdade institucionais que permitiu a legalização de partidos clandestinos, que permitiu uma eleição com níveis bastantes satisfatórios de liberdade, não obstante aspectos inibitórios e poder econômico, mas uma eleição que se pode dizer a mais livre que o País conheceu em toda a sua história, talvez. Então perguntaria ao relator como interpreta esse tipo de configuração ideológica, política e doutrinária, que a Constituinte apresenta nos seus diferentes segmentos. Quais são as forças e como defini-las mais caracterizadamente manifestadas na Constituinte?

Bernardo Cabral — É um princípio assente de quando cessam os períodos de arbitrariedade dos governos ditatoriais, compete à cidadania reorganizar politicamente a sociedade. Ouço muito falar em esquerda e direita. Ideologicamente, ninguém diz nada. Isso representa pouco, senão a velha lembrança da Assembléia francesa, onde sentavam os da esquerda ou da direita, girondinos e jacobinos e, depois, se transplantou isso para o Brasil, como um modismo, que não significa nada. Ouço falar, também, em conservadores, progressistas, em extrema esquerda, extrema direita, liberal conservador, retrógrados. Gostaria de fazer uma definição, porque fujo muito de rótulos. O que eu acho é que os constituintes atuais temos que ter o equilíbrio da realidade brasileira. Não podemos, depois de 20 anos de obscurantismo, ceder lugar à aventura. No passado, falava-se na diáspora dos judeus. Pois bem, anteontem, houve a diáspora dos judeus. Hoje, a dos palestinos. Mas, ontem, houve a diáspora dos brasileiros cassados, dos que tiveram seus direitos políticos suspensos. Portanto, estamos nós dois aqui — Gastone Righi e eu — amigos há mais de 20 anos. A diáspora da cassação nos separou a tantos, uns exilados, outros presos, mas esta diáspora cedeu lugar ao reencontro. A diáspora, portanto, de ontem é o reencontro de hoje. Se temos que ter

todos entre nós, esta forma de equilíbrio, temos que pedir o seguinte: não constituintes que sejam estadistas. Nós também não ansiamos tanto, mas que possamos ter constituintes com sensibilidade política.

Ouvindo, agora, o constituinte Jaime Santana, confesso que gostei muito do que ouvi. É a sensatez prevalecendo sobre quaisquer outras regras maiores. O povo não pode esperar que a Constituinte resolva todos os problemas, mas ela está resolvendo um dos maiores problemas que esta nação podia ter. É que estamos saindo de uma excepcionalidade institucional, com os atos de exceção, com aqueles outros atos, cuja nomenclatura foi dita, como o decreto-lei, que estuprou o Poder Legislativo. Se estamos saindo dessa excepcionalidade institucional para um reordenamento constitucional, só isso já valeu a figura da Assembléia Nacional Constituinte.

E, dentro desta realidade, somos pessoas equilibradas, porque esta Constituição não está sendo escrita para nós, porque tem um Presidente e vai chegar outro. Esta Constituição está sendo escrita para os nossos netos, para que eles



Roberto Freire:
A questão democrática ainda não foi resolvida no País. Somos uma sociedade autoritária. A democracia, como prática de liberdade é um hiato do autoritarismo.

não se envergonhem no futuro e tenham de dizer: "Os meus avós foram constituintes, e eu estou penando porque carregou o sobrenome dos meus avós, porque não souberam redigir e construir uma Constituição para o País. Fizeram voltados para suas ambições pessoais e não para os interesses coletivos." Esta é minha opinião.

Jaime Santana — O problema é um só, quanto ao aspecto conjuntural e o estrutural. O que entendo é que, conjunturalmente, estávamos há mais de seis meses num momento de euforia, onde tínhamos mais do que o dever o direito de pedir todos os avanços democráticos que ficaram sufocados durante 20 anos. Quando chegamos aqui eleitos, a realidade na-

cional era outra, completamente diferente, e entendo que, diante dessa realidade conjuntural que vivemos, só temos de canalizar todos os nossos esforços com esse objetivo que o nosso relator acaba de expor aqui.

Marcelo Cordeiro — Vamos à fase conclusiva. Que expectativa, portanto, podemos ter a respeito do sucesso do processo de negociação e entendimento que resulte em uma Constituição aceita por todos?

Roberto Freire — Acho que a questão democrática ainda não é uma questão resolvida no País. A sociedade brasileira é muito autoritária. Em todo processo de crise há uma tendência muito grande da sociedade em buscar soluções autoritárias, isso acontece em todos os setores e o principal responsável é a própria classe dominante brasileira, é a que sempre apelou e jogou no autoritarismo e na ausência de democracia. Democracia nesse País, como prática democrática da liberdade da cidadania, são hiatos entre períodos mais longos de autoritarismo. Essa é a nossa História, lamentavelmente. Acho que estamos vivendo um momento em que essa questão democrática começa a ser algo muito central. Não sei se já ganhou a consciência nacional. Uma coisa é clara: para nós, os comunistas, essa questão democrática é fundamental e acho que a Constituinte pode encaminhar algo que virá a, se não resolver, pelo menos, criar instituições que viabilizem, futuramente uma sociedade democrática no Brasil.

Gastone Righi — Abstendo-me de considerações maiores sobre o processo democrático real nacional, não concordo muito com o Roberto Freire. Há uma constatação que deve ser feita: esta Constituinte é, realmente, um corte vertical da sociedade brasileira. Nesse corte, evidentemente, as classes dominantes acabam por prevalecer, até porque têm a condução da opinião pública, têm os veículos de informação. Na realidade, acho que o extrato que aqui se encontra é expressivo da real sociedade brasileira, que não é avançada, que não é uma sociedade que preencha todos os requisitos de civilização e, muito menos, de democracia, mas é o que temos. Esse é o nosso País. Esse é o nosso povo. Essa é a nossa conjuntura e a realidade está bem expressa na Assembléia Nacional Constituinte. Quero dizer, no entanto, que esse extrato que aqui está, e que de alguma forma é muito progressista, até porque nasce de um período ditatorial, totalitário, em que toda a sociedade foi sacrificada, claro que com nuances: a classe trabalhadora e os políticos de esquerda mais, mas de alguma forma toda a sociedade sofreu ao longo desse período. Há apenas alguns poucos apaniguados e que não tiveram representação eleitoral, até votos daqueles que se amoldaram aos regimes totalitários foram claramente demonstrados. Até mesmo a esquerda radical, que está fora da realidade brasileira, foi punida, muitas vezes com a derrota de companheiros nossos do mais alto valor pessoal, individualmente competentes, trabalhadores, inteligentes e cultos, mas que foram derrotados, batidos, exatamente porque a sociedade procurou uma média

de representação. Vejo, agora, o quadro lúcido dessa representação dentro de um vaticínio que farei nesse momento. Não haverá grandes choques como se imagina. A chamada direita não é isso o que se está dizendo. Quando se invoca Roberto Cardoso Alves como a figura do conservador, é um equívoco geral. Ele é um dos homens que conheço mais progressistas e mais avançados. Ao contrário do que se imagina esse choque acabou acontecendo, na realidade, por forças não de atos, mas sim de discursos. Todos chegamos com muita sofreguidão à Assembléia Nacional Constituinte e quisemos corresponder à ansiedade e à expectativa popular; dessa forma os discursos foram menos sensatos e mais contundentes. As posições radicalizaram-se no verbo e isso evitou que houvesse no início uma acomodação, um entendimento, e, ao contrário do que seria natural, houve um embate, no início, que se mostrou infrutífero, não construiu coisa alguma. Como houve um embate as posições se fecharam e tivemos resultados, como na Ordem Econômica, muito aquém do que era desejo da imensa maioria. Nem há por que se discutir a questão da reforma agrária



Jaime Santana:
Nunca é muito cedo para se iniciar o entendimento. Já identificamos alguns pontos em torno dos quais os constituintes buscam consenso.

ria e, duvido, talvez, quem sabe, num colégio de quinhentos e sessenta, todos unanimemente, sejam a favor da reforma agrária. O problema é de como concebê-la respeitando-se o direito de propriedade. O problema é, na verdade, de nuance, e esse choque é de fundo, não é de nuance.

Roberto Freire — Pelo contrário. Quero dizer que existem algumas propostas, inclusive da Igreja, que são de uma tremenda democratização da propriedade privada, que até nós, comunistas, discordamos. É engraçado se falar na sacrossanta propriedade privada quando o que se está defendendo é o monopólio da terra e não a democratização dela. O que eu quero dizer é que muitas dessas

propostas, inclusive da Igreja, quando democratiza demais a propriedade, porque pulveriza, nós, comunistas, não defendemos esse modelo de reforma. Mas, é contra esse que está aí e que os monopolistas, os latifundiários são contra.

Gastone Righi — Estou tentando dizer que o discurso, a palavra, não está conforme o conceito. O problema era irmos mais a fundo e contarmos as identidades. Agora, quando começou o embate ambas as partes se armaram e ficaram em posições estanques, e é isso que vai acabar não acontecendo, porque o PT, o PC do B, o PCB, quando verificaram que o trabalhador não pode perder uma conquista social, se a posição for rígida, acabarão fazendo a concessão, para que a conquista social venha no bojo de uma concessão que se faça.

Roberto Freire — Sabe qual é a concessão? É a mais simples. É o que existe em termos de institucionalidade contra a intervenção, contra o processo de desapropriação. Porque reforma agrária não vai ser um programa escrito na Constituinte; reforma agrária é uma decisão política. O que temos que garantir aqui são instituições que viabilizem programas políticos de reforma agrária. Essa é que é a questão que vai definir se o Governo tem a capacidade de intervir no propriedade fundiária, e intervir com programas que sejam amplos, porque não se pode admitir que vá haver a desapropriação com pagamento em dinheiro, porque isso é inviabilizar qualquer programa, não só o de reforma agrária, mas qualquer programa em termos, inclusive habitacionais, de lazer, ou de qualquer coisa. Estou querendo mostrar que se tivermos condições de manter o que aí está significa algo de importante. O que está acontecendo é que se está querendo criar mecanismos e conceitos alheios ao instituto de desapropriação, porque quer se discutir problema de propriedade produtiva... Eu queria perguntar o seguinte: o interesse social se sobrepõe à produtividade, porque não é apenas a produtividade que responde ao interesse social. Mas, está-se querendo transformar, por exemplo, que a propriedade produtiva é intocável, quando a reforma agrária defende o interesse social, e o interesse social pode, muitas vezes, justificar a desapropriação de um imóvel produtivo.

Gastone Righi — Você não atentou que há um dispositivo anterior que permite ao Poder Público que, em qualquer hipótese, há desapropriação por interesse social.

Roberto Freire — Dos imóveis produtivos, não; da forma que veio, não.

Gastone Righi — Qualquer imóvel.

Roberto Freire — Não, é enganoso. Então você não leu o substitutivo que veio da Reforma Agrária. O imóvel produtivo, não.

Gastone Righi — Para concluir. Acho, portanto, que acabaremos, na verdade, com muito menos choque do que se imagina, porque nenhum capítulo é mais socializante, dentro dessa Constituição, que eu diria esquerdizante se socialista for uma posição de esquerda, do que o capítulo da saúde. Chegam ao ponto de estabelecer contradição com todo o resto da Constituição, que o Poder Público



ou as ações de saúde podem intervir e expropriar qualquer estabelecimento de serviço de saúde sem indenização. É claro que um dispositivo desse não vai passar. Vamos ter que negociar. Do contrário, a esquerda socializante vai perder todo o resto que conseguiu no capítulo da saúde, que tornou estatal todas as ações de saúde.

José Genoio — Sim, mas isso não precisa ser socialismo não, não é?

Roberto Freire — Estatizar não é socialismo, não. A medicina socializada não existe somente nos países socialistas, ela existe, inclusive, em alguns países capitalistas, em países que falam inclusive da revolução capitalista.

Gastone Righi — Deixe-me concluir. A direita, de sua parte, tenho certeza, sua intenção não é estabelecer nenhuma Constituição retrógrada, é avançar, é viabilizar o Estado, porque senão ela vai fazer uma Constituição que não resiste a poucos anos. Em quatro ou cinco anos essa Constituição está desfeita, até pelo avanço natural da comunidade brasileira.

Virgílio Távora — Não acredito que duas palavras resolvam toda a situação, pelo menos em termos de explicitação do que penso. Há pouco já se disse a mesma coisa. Haverá, no grosso, um consenso, não tenho a menor dúvida. E vou dar um exemplo histórico. O PSD, em 1946, era um rolo compressor bem maior do que o PMDB. As oposições capitaneadas pela UDN — as outras eram partidos pequenos, inclusive o PCB, enquanto atuante na Constituição — disseram: "Vamos aqui fazer papel de bobos."

Houve pontos óbvios. Como dizia Nereu Ramos, maioria é maioria. A minoria discute, a maioria vota, está acabado. Mas, noventa por cento da Constituição de 1946 foi feita de acordo.

Acho que há influência — aqui está Afonso Arinos que pode dar

um testemunho muito maior disso — nesse primeiro período, nesse primeiro round, houve o espocar de sentimentos, o desejo da afirmação de todos os constituintes, de todos os relatores, seja de comissões, seja de subcomissões, o posar para a posteridade. Vamos falar claro. Vamos chegar a uma situação em que o peso daquilo que é apresentado pela sociedade, através desses representantes ou de suas emendas, o peso do que consideramos o sentimento médio de brasilidade, pareceu fundamental. Vamos ter uma Constituinte formando uma Carta Magna, e ninguém pense que vai ser ultradireita nem ultraesquerda, será progressista, não com as aspirações que agora põem a quem se opõe a alguns excessos da direita, nem será uma Constituição retrógrada. Será progressista, sem exageros.

José Genoio — Acho que temos três aspectos a levar em consideração nessa fase de Constituinte. Eu não adotaria, desde já, a palavra de ordem de negociação já. Adotaria numa fase, principalmente de plenário, num momento de polarização, num momento de debate e de discussão. Acho que essa fase vai ser importante. Ainda matenho uma posição de que o processo que vivemos até agora foi positivo e vai se desenvolver. Vamos fazer negociação em questões pontuais, circunstanciais, certamente, vamos, numa série de questões, manter essas posições até o fim.

No meu entendimento, o regime político que está sendo produzido nos debates, merece de nossa parte uma crítica, porque, no meu entender, ele está evadido de autoritarismo e de militarização. Coloco quatro pontos centrais: a discussão do papel das Forças Armadas, sobre que nem se adotou a formulação da Comissão presidida pelo constituinte Afonso Arinos, no que diz respeito a submeter o poder militar ao poder civil; a questão do sistema eleitoral no meu entender, voto distrital misto significa um grave retrocesso em termos de expressão política da sociedade, que se deve manifestar proporcionalmente um grave prejuízo para os partidos ideológicos; a questão dos meios de comunicação — é necessário democratizá-los, e a outra questão, que diz respeito ao parlamentarismo. Temos que discutir o sistema de governo para que, no caso de um sistema ou outro, ele seja claro, porque essa mistura, essa ambiguidade será um fator de crise.

Jayme Santana — Vou tentar voltar à pergunta. Concordo com o Roberto Freire, e espero que estejamos hoje começando a viver um momento de consciência democrática neste País, esperando também, evidentemente, que esta Constituição comece a mostrar claramente isso.

A pergunta me fez lembrar um problema. Sempre fui muito cético quanto ao que se chamava de pacto social. Por quê? Porque entendo que esta Nação é muito nova e ainda sem o devido sofrimento para que essas classes pudessem chegar a algum tipo de pacto. Por



Gastone Righi: não há nada no regimento que proíba um substitutivo, que também quer dizer adequar o texto à realidade, à gramática, à expressão jurídica.

outro lado, pela própria falta de identificação dos interlocutores e até porque eu chamaria de pacto, entendimento ou acordo social extremamente injusto, na medida em que qualquer tipo de acordo que viesse a ser feito numa população de cento e quarenta milhões de brasileiros, teríamos sessenta milhões de brasileiros fora desse pacto, que são social e economicamente marginalizados, ou seja, não teriam nem interlocutor com quem conversar. Acredito, sim, num pacto, num entendimento, num acordo político aqui nesta

Casa, neste momento, em torno desta Constituinte, voltado para o que dissemos e entendo ser o sentimento comum. Concordo com o senador Virgílio Távora: temos a obrigação de nos entender.

Acho necessário que essas reuniões se ampliem e isso giraria em torno desses temas, por exemplo, que eu trouxe aqui, mas não fecharam outros temas. Sugeriria que viéssemos discutir reforma agrária e cada um dos temas, para que dessa troca de idéias pudessemos chegar a um consenso. E até me coloco à disposição quanto ao problema da reforma agrária. Vou pedir para ser convidado, porque sou de um estado que tem menos de cinco milhões de habitantes e tem quatrocentos mil lavradores sem terra. Gostaria de participar.

Marcelo Cordeiro — Para concluir como começou o relator Bernardo Cabral.

Bernardo Cabral — Vi que o último minuto era para se falar sobre a democracia. Portanto, um registro sobre a democracia. Entendo que não poderia fazer melhor registro do que assinalar presença entre nós desta figura que é um paradigma da democracia que é o senador Afonso Arinos, que orgulha, que enobrece a atual Assembléia Legislativa. E veja que é tão democrata que aqui se encontra assistindo a nossa reunião, uma vez que dela não participa, por motivos óbvios.

Gostaria de registrar, também, a presença do Prof. Vicente, um velho amigo meu reitor da Universidade de Santos, que aqui está a meu convite, e dizer ao constituinte Jayme Santana que quero fazer um complemento de sua frase. Disse ele que nunca é cedo para ser iniciado o entendimento. Pois bem, complemento: se nunca é cedo para que ele seja iniciado, jamais será tarde para não se tornar possível. O que quero dizer com isso? É que se, em verdade, o nosso terreno democrático está muito árido, precisamos irrigá-lo com dignidade, com seriedade, com boa postura e compostura, voltados, todos nós Constituintes, para realidade política do País. Nesta realidade avulta o quê? O descontentamento, a fome, a falta de moradia, o desemprego que estão sendo apontados com as causas da violência urbana e digo que são apenas concorrentes porque tudo isso está encrustado numa raiz profunda que se chama justiça social. E se falamos em democracia, e eu que me considero um democrata, gostaria que em nosso País fizessemos da democracia a

regra e não a exceção, como vi há pouco.

Com essas palavras quero dizer que me senti muito honrado em estar ao lado deste velho amigo Gastone Righi, do Jayme Santana, do José Genoio, do Roberto Freire, que não é o último da relação porque fiz questão de colocar em ordem alfabética porque o destino me reservou que o senador Virgílio Távora tivesse a letra "v" — "v" da verdade, da velha amizade que há entre mim e ele há quase 30 anos — todos nós reunidos sob a batuta do constituinte mais jovem que aqui se encontra neste instante que é o nosso Secretário. Por isso, aceite meus cumprimentos e vejo que a sua batuta afinou pela diapasão do consenso de todos nós. Ou seja, vale a pena tratar com seriedade um problema sério como é o da Assembléia Nacional Constituinte.

Marcelo Cordeiro — Agradeço a todos por terem atendido a esse convite do **Jornal da Constituinte** em meu nome, em nome dos editores do jornal de todo seu corpo de funcionários e quero dizer que essa é uma parte de nossa política oficial de divulgação que, como vocês vêem, não é uma política oficial, pois visa intervir no processo como uma contribuição da Mesa a que se realize no Parlamento Constituinte aquilo que é de sua essência que é o processo de diálogo, de representação na sua máxima consequência. Quero também agradecer a visita que nos fez, para grande honra nossa, este extraordinário homem público brasileiro que é senador Afonso Arinos que no presente momento desempenha essas funções tão importantes para o processo de criação constitucional na Presidência da Comissão de Sistematização que é uma garantia dos trabalhos desta Comissão pela sua larga experiência política e jurídica.

Uma nova avaliação dos trabalhos constituintes, um novo exame do anteprojeto de Constituição e novamente o entendimento. Não total. Algo em torno de 90%; o suficiente para evitar o conflito, o confronto no plenário final. O restante será decidido no voto.

Esta foi uma das muitas conclusões a que se chegou após três horas de debates em que o **Jornal da Constituinte** ouviu não só lideranças partidárias de diferentes tendências, mas o próprio relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB — AM), para quem se realizou até agora um verdadeiro "milagre pedagógico".

Afonso Arinos: Apelo ao Consenso

Agradeço o convite que acabo de ser alvo, farei com maior prazer e maior honra. Queria salientar, também, a alegria e a satisfação com que compareço aqui, perante meus colegas de tantos partidos, de tantas posições, de tantas esperanças. Espero que as posições ideológicas cedam diante uma confluência de esperança, a fim de que possamos chegar, todos nós, apesar das nossas posições ideológicas, apesar das nossas opiniões políticas, apesar de nossas convicções constitucionais, a um consenso, a uma confluência, a um estuário de decisões comuns que possa servir ao futuro do País e do povo. Quero salientar, também, que

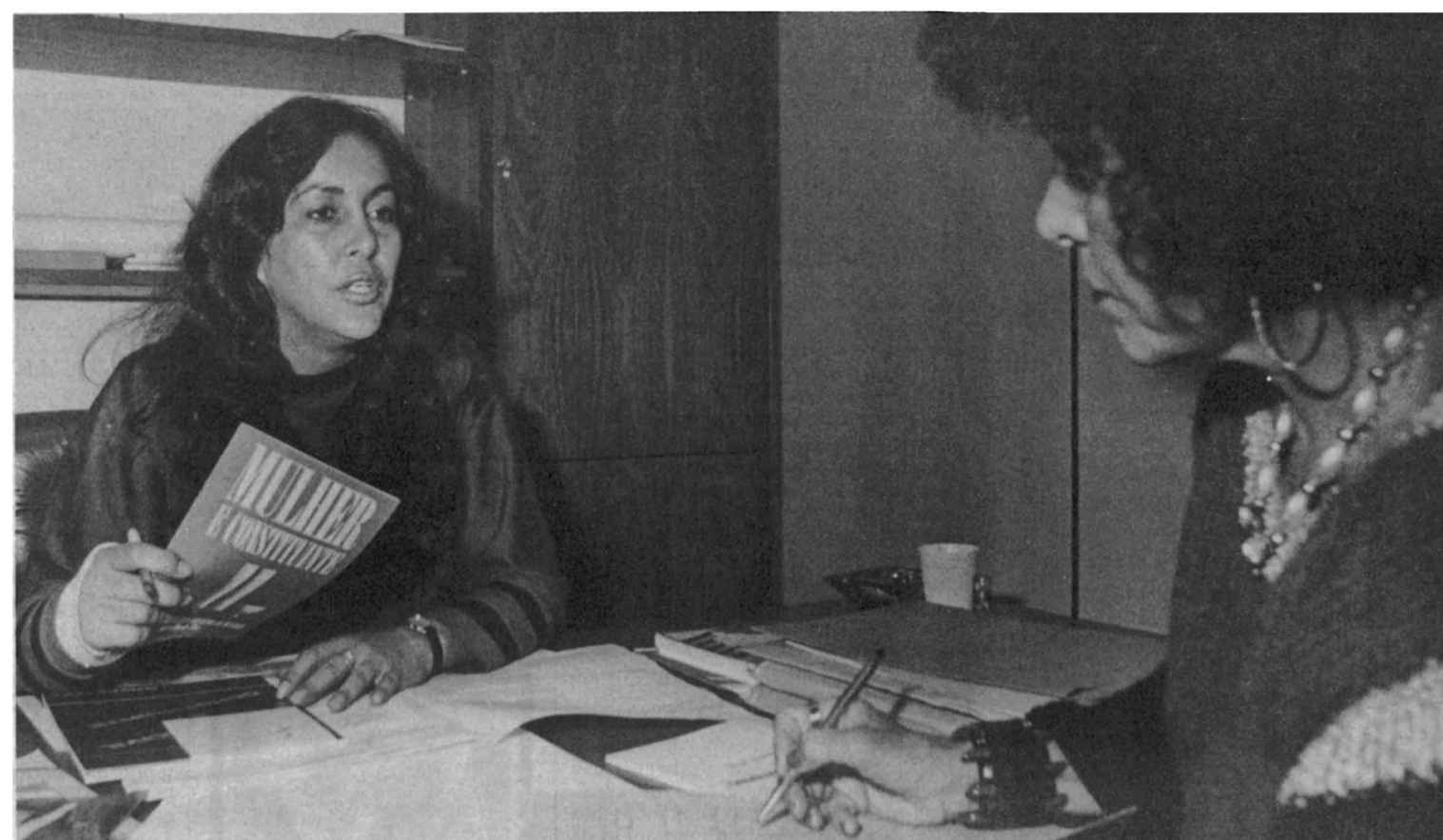
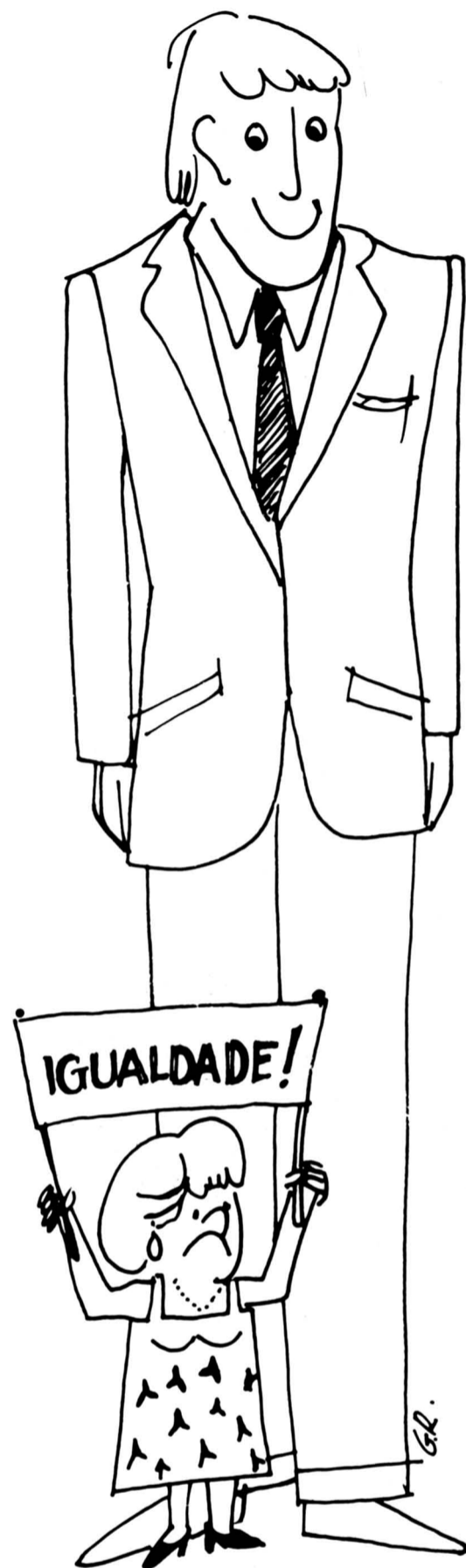
ouvi com muita atenção as expressões aqui utilizadas pelos nobres Constituintes com referência ao problema da democracia, de sua ideologia e de sua posição, o seu significado social.

A posição do socialismo marxista — estou convencido disto, é uma posição pessoal, pode ser discutida — tem que ser condicionada às imposições tecno-científicas bélicas de nossa época porque Marx foi essencialmente talvez, o maior pensador político do século XIX, mas foi tipicamente o homem do século XIX. Um homem para quem a marcha dialética da sociedade tinha que se fazer com a fatalidade astronômica. Os mo-



vimentos se dariam conforme as exigências inevitáveis, inelutáveis, inadiáveis que não seriam possivelmente desviadas de uma verdadeira situação que chamaria astronômica, como movimento dos astros, fosse uma fatalidade dos astros. Quer dizer: a classe superior dominante, a classe dominada, a formação do proletariado comum com representação na classe dominada, a formação do Partido Comunista como vanguarda desse grupo, a atuação do Partido da Revolução Social e a internacionalização da Revolução Social. Então, o século XX trouxe não uma resposta, mas uma advertência. Não há possibilidade de qual-

quer avanço revolucionário marxista diante da contradição entre as superpotências atômicas. Então, isto é uma realidade que entra pelos nossos olhos. É preciso ser colocado num plano ideológico, num plano social em que ele vivia. Como poderemos ter a certeza de uma revolução internacional, quando as duas superpotências se destruirão, nos destruirão e destruirão o mundo diante da confrontação atômica? É preciso que os jovens, os marxistas brasileiros reelaborem este pensamento, adaptem este pensamento às condições evidentes de nossa sociedade.



Rose de Freitas diz que vai lutar, também, pelo cumprimento da Carta dos Direitos da Mulher, da ONU

Mulheres vão à luta na Constituinte

A queda do pátrio poder, pelo qual só o homem poderia ser o chefe da sociedade conjugal, a proteção do Estado às uniões estáveis ainda que sem casamento civil, o desaparecimento da figura jurídica do filho legítimo, paridade no direito de assumir a paternidade e maternidade, combate ao preconceito e à discriminação sob todas as formas, igualdade de condições de trabalho e de remuneração, maior e mais efetiva proteção ao menor, obrigação do Estado de atender à criança em seus primeiros anos de vida pela implantação de creches e da pré-escola e o novo enfoque à questão do planejamento familiar, em que a mulher decidirá quantos filhos deseja ter ou não ter! estas são algumas das principais frentes de luta da mulher, que se encaminham para a efetivação no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Estas e algumas outras ora, aprovadas na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, ora rejeitadas nas Comissões Temáticas, ora reaproveitadas na Comissão de Sistematização, movimentam as mulheres de todo o Brasil que, desta vez, parecem mesmo decididas a não abrir mão de seus direitos. Pelo menos é assim que pensa a unanimidade das 26 mulheres que representam 5% da Constituinte, mas que, na realidade, traduzem os anseios de mais da metade da população, não só do Brasil, mas do mundo inteiro.

sociedade, sobretudo no mercado de trabalho.

A opinião de Eunice Michiles é de que a mulher precisa participar em todos os momentos da vida nacional, não abrindo mão de sua valorização, em primeiro lugar, como ser humano, e depois como cidadã. Segundo a representante do Amazonas, "hoje, a mulher não se pode dar ao luxo de permanecer no recesso do lar. Lá fora, está todo mundo clamando por nós, pelo nosso trabalho, pela nossa competência; não podemos ficar inativas. A mulher deve buscar e valorizar o papel que dela espera a sociedade. A consciência do seu próprio valor e a dignidade do seu comportamento vão dar à mulher os instrumentos necessários para vencer essa luta, que não é uma luta contra o homem, mas sim uma luta contra a injustiça, os preconceitos e a violência".

ISONOMIA

Eunice Michiles explica que o seu trabalho se encaminha no sentido de colocar na nova Carta os princípios fundamentais da isonomia em toda sua plenitude, pois os direitos específicos da condição feminina serão expressos, a partir

daí, em lei ordinária. Ela lembra, a propósito, um projeto de emenda ao Código Civil, em tramitação no Senado, e que teve a participação competente e excelente de duas mulheres, Sílvia Pimentel e Floriza Venucci, e que deverá acelerar sua aprovação em seguida ao encerramento da Constituinte. Para a constituinte amazonense, da forma como está redigida a emenda, está ótimo. "Aliás, é preciso que se diga, no papel nós já avançamos bastante, basta que se cumpram as leis. Por exemplo, há quem acredite que falar dos direitos da mulher já é uma discriminação. Mas, se estando escrito já é difícil de cumprir-se, como vamos conseguir o respeito se não estamos amparadas pela lei?"

Tranquila, serena, Eunice Michiles tem muita firmeza em sua argumentação, não admitindo sentimentalismo no trato da questão da mulher, ao mesmo tempo em que reconhece as particularidades da condição feminina. "A mulher — diz ela — tem condições específicas, biologicamente falando, não fugirá nunca à condição de ser a geratriz, a fonte da vida humana. Sob esse prisma, ela tem que ser protegida, pois mais do que a ela, quando o Estado faz leis resguardando e protegendo seus direitos, está salvaguardando as futuras gerações que sairão do seu ventre." A propósito, comentou-se muito sua atitude imperturbável, porém incisiva, quando das discussões nas comissões temáticas que trataram de temas como o aborto, planejamento familiar, estupro. Numa delas, recebeu eloquente manifestação do público presente ao enfrentar, com absoluta calma, a argumentação de um constituinte de que a mulher tem condições físicas de evitar o estupro. Ela, simplesmente, indagou: "Como, deputado, com um revólver apontado para sua cabeça?"

DISCRIMINAÇÃO

O fim da discriminação é o principal alvo que as mulheres perse-

guem. Para a constituinte Rose de Freitas (PMDB — ES), a discriminação é o traço comum que assinala a luta secular das mulheres em todos os momentos e em todas as latitudes. "Não se pode falar de democracia, se não se restaurar o princípio da igualdade," lembra a representante capixaba, quando tenta aquilatar a correlação de forças que, não só dentro da Constituinte, como em todos os lugares do País, está a merecer um melhor equacionamento. Ora, argumenta ela, somos mais da metade da população mundial, no nosso ventre concebemos, alimentamos, cuidamos e depois educamos, orientamos, dedicamos nossa vida aos homens que vão comandar e administrar toda a sociedade. E, no entanto, não somos capazes de ver os nossos direitos mais elementares?! E adverte: "Temos que brigar muito, mas brigar organizadas".

Recém-chegada de um congresso mundial sobre a mulher, realizado em Moscou, Rose de Freitas admite um avanço considerável nessa questão feminina no Brasil a se concretizarem as propostas constantes dos anteprojetos das subcomissões e comissões que trataram do assunto. Mas, com relação a outros países, como a União Soviética, diz Rose que a nessa distância pode ser medida em anos-luz. Nesse sentido, ela mostra a superioridade do tratamento à maternidade e à infância, que lá são olhados como bens preciosos da sociedade. A mulher-trabalhadora russa, por exemplo, quando gestante, tem direito à licença de dois meses antes do parto, um ano inteiro depois, e mais seis meses opcionais, sem perder o emprego e todos os benefícios que dele possam advir.

"Imagine que aqui nós estamos lutando pelos seis meses e parece coisa do outro mundo", observa.

Claro está, diz a constituinte pelo Espírito Santo, que em outros países, infelizmente, o atraso nesse particular ainda é maior que o

nosso. Acrescenta que, das 2.300 mulheres de todo o mundo que compareceram ao encontro de Moscou, detectou uma identidade de luta entre as mulheres da América Latina, explicada talvez pela identidade de problemas e de tipo de sociedade. Nesse encontro, acrescenta, buscou-se a defesa da consideração dos pontos de vista da mulher, como um ser humano dotado de inteligência e discernimento tanto quanto o homem. Nessa consideração não entra nenhuma competição, nenhuma rivalidade, mas apenas o desejo de se construir uma sociedade justa formada de homens e mulheres livres. Rose de Freitas, que, juntamente com Abigail Feitosa (PMDB — BA), representou nosso país como integrante do Congresso Nacional, fez chegar às participantes do encontro o apelo em favor da mulher brasileira, no sentido de que, de todos os cantos do mundo, se concretize o apoio a este momento histórico agora vivido com a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil.

Rose de Freitas promete movimentar a Assembleia Nacional Constituinte em torno de uma questão que anda meio esquecida: a Carta sobre os Direitos da Mulher, da ONU, que o Brasil é signatário há mais de um ano, e que até hoje está relegada a uma gaveta que ninguém sabe exatamente qual. Conforme enfatizou, "nós nem precisávamos estar reivindicando mais nada, bastava o cumprimento dessa Carta, e a inclusão dos seus princípios na Constituição. Já que o Brasil assinou, ele tem deveres, tem de cumpri-la. O assunto foi votado pela Câmara e pelo Senado. Não vai ficar assim,

As mulheres vão cobrar o cumprimento da Carta de Direitos que o País assinou com a ONU. Ou o Brasil cumpre sua palavra ou retira sua assinatura e rompe com a ONU.

não. Vamos exigir que o Brasil a cumpra ou então que retire a sua assinatura e rompa com a ONU". Para quem conhece o trabalho de Rose de Freitas, para quem sabe de sua atuação consciente, persistente e objetiva em favor da justiça social, não duvida de que o assunto vai ter desdobramento. Ela vai reunir a bancada feminina do Congresso, firmar a estratégia de ação e vai lutar. Até o fim. Ao que tudo indica, esta luta promete.

PELA METADE

"Constituinte sem mulher é Constituinte pela metade." Com este slogan a constituinte Moema São Thiago (PDT — CE) sensibilizou a atenção de 83 mil eleitores, tornando-se a primeira mulher a ser eleita pelo Ceará para o Congresso Nacional, a única mulher eleita do PDT em todo o Brasil, e a que centrou sua campanha política partindo da defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas, na questão dos direitos da mulher. Moema São Thiago não está menos empenhada em ganhar uma luta tão difícil quanto a que enfrentou contra o arbítrio com o qual foi obrigada a conviver desde cedo. É a batalha que ainda

O fim da discriminação é o alvo que as mulheres perseguem, pois este é o traço comum que assinala um combate secular em todos os tempos e latitudes.

não ficou decidida nesse primeiro anteprojeto da Comissão de Sistematização, mas que ela espera ganhar, juntamente com todas as mulheres do Brasil, no enfrentamento decisivo, que é o Plenário.

SALÁRIO

Salário igual para trabalho igual resume o conceito de igualdade entre homens e mulheres, para Moema São Thiago. Aliado ao da

co-responsabilidade na constituição da família, é um ponto de partida muito importante para a representante cearense, a respeito de quem Rose Marie Muraro (a pessoa que mais pensou a causa da liberdade da mulher dentro da sociedade e da Igreja) disse: "Estou certa de que, se elegermos um número suficiente de mulheres comprometidas com a luta da mulher e do oprimido, como Moema, esse Congresso que ora estamos elegendo poderá estar mais próximo da vida e mais longe da exploração". Para melhor explicar seu trabalho em prol da causa feminina, Moema reporta-se aos tempos de campanha quando, no corpo-a-corpo diário, tentava transmitir a essência de sua mensagem, que assim se resume: "De 30 anos para cá vem crescendo muito o número de mulheres que trabalham. Em 1950 eram só 2 milhões e hoje somos 14 milhões. Proporcionalmente o número de homens tem crescido menos. Isto pode parecer uma conquista, mas como ganhamos menos do que os homens pelo

mesmo trabalho, isto significa que os patrões, quando podem, estão substituindo os homens por mulheres. Assim, sem saber, estamos contribuindo para que piores as condições de vida da classe trabalhadora como um todo. Não queremos isto. Não queremos ser jogadas contra os homens pelos patrões como instrumentos da luta de classes. E quando lutamos por salário igual para trabalho igual

estamos lutando ombro a ombro com nossos companheiros contra a injustiça que atinge a todos nós. Este é o sentido do nosso feminismo: lutamos por um mundo novo, mais livre, mais justo e fraterno."

A nova Carta Magna só será avançada se as mulheres de todo o país participarem ativamente, fazendo pressões, assessorando e debatendo seus pontos de vista.

Maria Valdira



Eunice Michiles: uma luta contra os preconceitos



Para Moema, Constituinte sem mulher é pela metade.

Tem que ser desta vez!

Desde que a mulher conquistou o direito de votar, com a Constituição de 1934, mais de 50 anos se passaram, três Assembleias Constituintes foram convocadas, incluindo-se a atual, 5 Constituições foram promulgadas e o princípio de isonomia, expresso em todas elas, ainda é desrespeitado no que tange à mulher, uma vez que as nossas leis ordinárias — códigos e demais normas — a discriminam em prejuízo de sua identidade como cidadã. Além do artigo 165 da Constituição vigente que, em

alguns incisos, trata da aposentadoria da mulher e da licença-gestante, e do artigo 153, que probe a discriminação ao afirmar "todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas", esta, como as demais Cartas brasileiras, nada mais diz que mereça registro no que se refere à situação da mulher. O anteprojeto da Comissão de Sistematização, apesar da exclusão de itens importantes acolhidos pela Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, revela

uma preocupação maior com o problema. Assim, no artigo 13 (incisos e alíneas: garantia da cidadania, igualdade de direitos e obrigações entre o homem e a mulher, garantia especial à maternidade e à infância, reconhecimento da união estável sem casamento civil), no artigo 14 (licença-gestante, creches e pré-escola), no artigo 87 (aposentadoria), no 379 (creches e pré-escola como dever do Estado), no 423 (união estável), no 424 (paternidade e maternidade, repúdio a agressões físicas e psicológicas) e no 426

(assistência à gestante) a mulher ocupa a atenção do legislador e essa atenção é no sentido da valorização do seu papel na sociedade e do reconhecimento de sua cidadania. As mulheres-constituintes garantem retomar a luta no Plenário. Sem tréguas. E com o chamamento de todas as mulheres do Brasil. Para que participem. "Nós chegaremos lá — garante Eunice Michiles. Acredito mesmo que haverá um dia em que, na Constituição, bastará estar escrito assim: "Todos são iguais perante a lei". Ponto".

A questão é racionalizar os debates

Como não puderam ser feitas grandes modificações nesta etapa, até porque a função da Comissão de Sistematização, neste momento da Constituinte, não é essa, o plenário passa, daqui para a frente, a ser o palco do grande debate. A controvérsia pode dirimir-se ou aumentar, dependendo da condução das negociações em torno dos grandes temas nacionais. O plenário, reconhecem quase todos, é uma incógnita. Somente os pequenos partidos têm posições claramente definidas em torno das principais questões — e mesmo eles podem ceder no processo de barganha. O PMDB busca a união na convenção nacional e o PFL, seu parceiro de Aliança, está desconfiado. Acima disso existe, também, um grande número de constituintes que ainda não se manifestaram, mas votam.

Os constituintes desejam a fixação de um calendário para as discussões e votações dos artigos do anteprojeto de Constituição, com a convocação de sessões extraordinárias, se necessárias, bem como a inscrição prévia dos parlamentares que farão uso da palavra durante as sessões.

A transmissão pelo rádio e televisão, diretamente do plenário da Constituinte, do andamento das votações finais é uma medida que tem sido pleiteada, a fim de que a população veja como está sendo o comportamento de seus representantes.

O constituinte Plínio Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, pediu ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, uma resposta para um seu requerimento, no sentido de um novo direcionamento dos trabalhos do plenário.

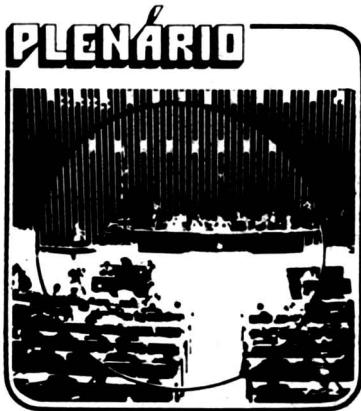
Segundo a idéia de Plínio Sampaio, os constituintes se limitariam, ao se pronunciarem, a 40 assuntos que seriam determinados pela Mesa. Cada um escolheria o tema sobre o qual gostaria de discorrer e se inscreveria para falar, justamente no dia em que o assunto estivesse em pauta. Essa seria, conforme o constituinte paulista, uma fórmula capaz de centralizar os debates da Constituinte e permitir à população um acompanhamento melhor dos trabalhos.

A proposta de Plínio foi endossada pelo constituinte Amaury Müller, do PDT do Rio Grande do Sul. Amaury quer também que o Congresso instaure uma CPI para investigar a existência de super e subfaturamento nas empresas montadoras de veículos ligadas a empresas multinacionais.

PACTO

Legar às futuras gerações um "grande pacto político" é o que preconiza o constituinte Otomar Pinto, do PTB de Roraima, segundo o qual não se pode deixar que a nova Carta seja mutilada por interesses alheios, pois ela precisa se converter nessa grande obra pela qual toda a população brasileira espera com ansiedade:

Já o amazonense José Dutra, do PMDB, pediu a supressão do artigo 434 do anteprojeto da Comis-



são de Sistematização, porque impede a exploração das riquezas minerais do País, sobretudo nas terras indígenas da Amazônia.

Para Dutra, a exploração de minérios nas áreas indígenas não é um privilégio da União, conforme está naquele artigo, o qual no seu entender vai condenar à miséria milhares de pessoas.

APOIO

Por sua vez, o constituinte Alceni Guerra, do PFL do Paraná, fez elogios ao presidente Ulysses Guimarães e aos demais membros da Mesa da Assembléia Constituinte pelo apoio que recebeu como relator da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias no início dos trabalhos da futura Constituição.

Segundo Alceni, a Mesa da Assembléia marcou presença constante nos trabalhos legislativos, inclusive com amplo apoio material.

Ameaçado de ser substituído, em sua Comissão, pela liderança do PFL, por constituinte de outra orientação, Alceni foi mantido ali por despacho do presidente Ulysses Guimarães.

O presidente Ulysses Guimarães agradeceu ao parlamentar paranaense, vindo em suas palavras um incentivo a que ele e seus companheiros que dirigem a Constituinte prossigam na disposição de fazer o melhor que puderem pelo Brasil.

CONTRADIÇÕES

Enquanto falta um dispositivo eficaz quanto à distribuição de ter-

ras no Brasil, a Ordem Econômica e Social prevê o regime de 40 horas semanais de trabalho e a estabilidade no emprego após 90 dias. Com esse argumento o constituinte Naphtali Alves, do PMDB de Goiás, afirma que o anteprojeto de Constituição, na atual fase, com 501 artigos, pode ser chamado de colcha-de-retalhos e obra-prima de contradições.

— É uma mistura de socialismo, liberalismo econômico e conservadorismo, inaplicável em qualquer país do mundo. A atual divisão entre o presidente e o futuro primeiro-ministro assemelha-se muito mais a um acordo de bastidores para ajustar-se a conveniências pessoais e políticas do momento, do que realmente à estrutura de um regime com caráter definitivo e duradouro.

ORQUESTRADO

O constituinte cearense Raimundo Bezerra, do PMDB, tem orgulho do trabalho que está sendo elaborado. E explica:

— É preciso que a Nação entenda que a desmoralização orquestrada visa à permanência de privilégios não apenas brasileiros, mas



Gerson Peres



José Lourenço

de forças alienígenas. Vamos elaborar uma Constituição progressista, combatendo as distorções, protegendo as nossas riquezas naturais, o nosso ambiente, diminuindo as desigualdades, propiciando oportunidades para que todos tenham uma vida digna, resgatando a grande dívida social da Nação para com seus filhos.

ENTENDIMENTO

Diferente é o pensamento do paulista Roberto Cardoso Alves, do PMDB, segundo o qual "construímos uma Constituição sobre o tremedal", e por isso sustenta ser necessário o entendimento: "— Que esse seja o nosso norte. Antes acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão".

Na pregação do entendimento também manifesta-se o líder do PFL, constituinte José Lourenço, da Bahia, ao lamentar que não esteja havendo um convívio harmonioso entre constituintes minoritários que, a seu ver, agridem os próprios companheiros e rejeitam qualquer aceno de conciliação e de acordo.

— O PFL — anunciou José Lourenço — está mantendo contatos com o chamado setor progressista do PMDB ou esquerda brasileira no sentido de encontrar solução para os graves problemas nacionais.

DESMORALIZAR

E contra essa pregação insurgem-se o constituinte José Genoino, do PT de São Paulo:

— O pensamento conservador e o de direita — diz ele — tentam mais uma vez montar os seus interesses e desmoralizar a Constituinte. Já chamaram a Constituinte de "Bebê de Rosemary", e agora até o Abi-Ackel, advogado dos diamantes, é consultado. Que existem posições diferenciadas no trabalho constituinte, isso é óbvio. Mas a direita não quer assim. Agora fala em entendimento, num pu-



Lúcia Braga

Não se pode deixar que a nova Carta seja mutilada por interesses alheios, pois ela precisa se converter nessa grande obra pela qual toda a população brasileira espera com ansiedade

ro casuísmo. Tenta mudar o Regimento e chegar aos conhecidos objetivos. O que a direita não quer é que passem os avanços. Por isso critica o secundário para chegar ao essencial.

DIREITOS

Quanto às conquistas sociais asseguradas pelo relatório do senador José Paulo Bisol, estas devem ser preservadas — afirma a constituinte Lúcia Braga, do PFL da Paraíba. Bisol foi relator da Comissão de Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

— Também a postura dos constituintes — diz Lúcia Braga — deve ser firme na defesa dos avanços sociais, para não envergonhar as gerações futuras.

Conforme a parlamentar, a expectativa do povo é de que os constituintes cumpram os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

— O povo está exaurido pelas decepções e por isso leva às ruas a violência, na medida em que é violentado. A Constituinte é a última esperança desse povo sem terra, sem casa e sem comida, e não podemos defender interesses pessoais e de grupos privilegiados, violentando o interesse coletivo.

Para Lúcia Braga, o povo deve vir às galerias ou acompanhar pelos meios de comunicação o processo de votação da Constituinte.

— O parecer Bisol foi inovador. O povo estará nas galerias cobrando.

O cearense Raimundo Bezerra, do PMDB, emenda:

— Faremos uma Constituição progressista, um marco no Brasil. O caminho adotado, com a participação de todos os constituintes, é o mais difícil, mas foi escolhido conscientemente.

JUDICIÁRIO

A necessidade de a nova Constituição estabelecer condições para



Alceni Guerra



Roberto Cardoso Alves

que o Poder Judiciário seja independente e forte, livre de influências do Poder Executivo, foi salientada pelo constituinte paraense Gerson Peres, do PDS.

— Os ministros da mais alta corte de Justiça do País — diz Peres —, não devem ser nomeados pelo presidente da República, como acontece atualmente, método que segue critério político-partidário e relega a segundo plano o interesse da Justiça.

O constituinte paraense prega a reformulação do sistema de escolha dos membros do Judiciário e a fixação de uma estrutura adequada para seu funcionamento, o que "significará garantia perene contra o advento de golpes de Estado".

PMDB discute a busca de suas origens

O Constituinte Oswaldo Lima Filho, do PMDB de Pernambuco, entende ser inevitável o rompimento dentro das bases de seu partido, no plano nacional, em face do desencontro entre o presente e o passado de lutas no PMDB.

— É lamentável — diz Oswaldo Lima Filho — que muitas das bandeiras de luta do PMDB estejam de lado. Ainda assim manifesto minha convicção de que a Constituinte, uma grande conquista da população brasileira, venha a rever as decisões até agora tomadas e fazer com que o País caminhe por trilhos que assegurem o bem-estar da sua gente e o pleno desenvolvimento econômico e social.

Já o Constituinte Vicente Bogo, do PMDB do Rio Grande do Sul, sustenta que a esquerda do PMDB, junto com o povo, reafirmará o lema "Muda Brasil" antes que os radicais da direita implodam e dividam o partido.

Para Bogo, os chamados criminosos do colarinho branco, os incompetentes e os vassalos do fisiologismo é que tentam sustentar a incompetência do poder civil. E refuta as declarações do Governo, através do assessor Fernando César Mesquita, de que a esquerda do PMDB é integrada pelos condôminos da catástrofe.

O capixaba Nelson Aguiar, do PMDB, acusa o Planalto de querer implodir seu partido. Mas o que ficar com o Planalto não será PMDB — diz Aguiar —, ainda que vestido com a camisa peemedebista.

VAI RESISTIR

Mas o Constituinte Paulo Ramos, do PMDB do Rio de Janeiro, anuncia a disposição de luta de um grupo de peemedebistas e vai à convenção

Às vésperas da convenção nacional, o PMDB analisa as condições de sua unidade. Os grandes temas da Constituinte estão pedindo a definição doutrinária do partido.

propor o afastamento do partido do Governo Sarney e fazer com que o seu partido volte às origens.

Conforme o anúncio de Paulo Ramos, seu grupo vai encaminhar requerimento para saber quais são os Constituintes do PMDB que têm cargo no governo.

— Afinal, pergunta Ramos, quem está negociando? Quem traiu?

Para Paulo Ramos, Sarney está amparado na ditadura e por isso exerce "um governo concentrador, elitista e corrupto". E diz mais:

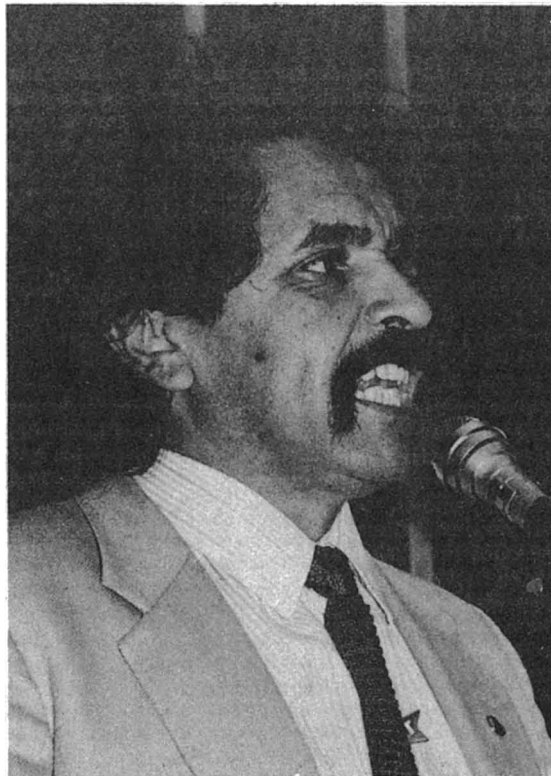
— Não podemos permitir que o PMDB seja desmoralizado. Os que estão traindo serão denunciados à Nação.

O destino do PMDB tem levado a muitas reflexões, de seus integrantes, em debates no plenário. Afinal, é a maior Bancada na Constituinte. O goiano Nion Albernaz, do PMDB de Goiás, por exemplo, chama a atenção para a importância de seu partido no trabalho de redemocratização do País.

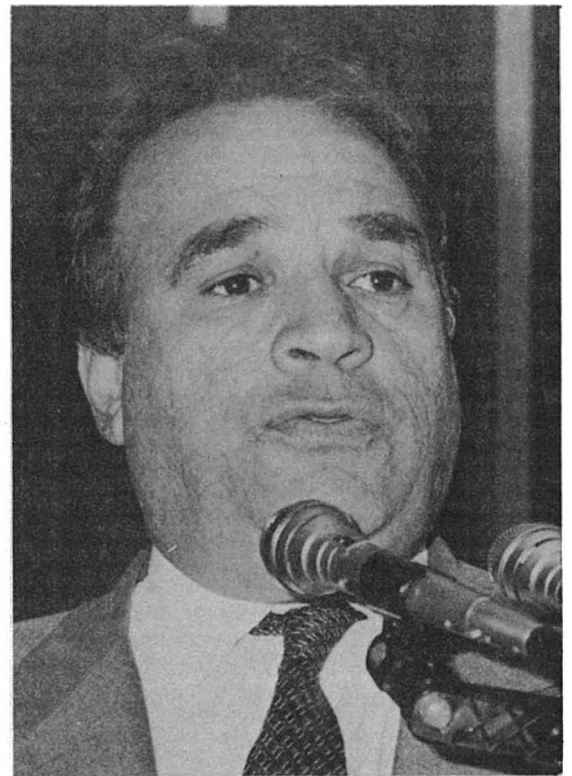
— Foi responsável pelas eleições diretas para governador em 1982, pela campanha das diretas em 1984 e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.



Oswaldo Lima Filho



Olívio Dutra



Fernando Lyra

Participantes debatem comício

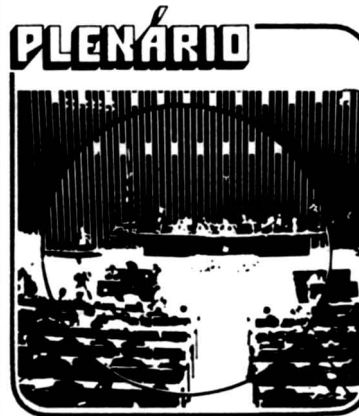
O comício pelas diretas, realizado em frente ao Congresso Nacional, teve muita repercussão na Constituinte. Na opinião de Jorge Hage, do PMDB da Bahia, o dia 7 de julho de 1987 ficará gravado na história das mudanças e transformações pelas quais tanto luta o povo brasileiro. Para ele as vaías a seu partido foram merecidas, porque o PMDB, no seu entender, desviou de sua linha programática atrelando-se aos acenos do Planalto.

— Mas iremos resgatar o PMDB e reconduzi-lo à luta contra o arrocho salarial, contra o entreguismo e pelos direitos inalienáveis do povo brasileiro — disse ainda o representante baiano, isto enquanto o espírito-santense Nelson Aguiar, também do PMDB, fazia ver que o atual não é o seu PMDB, o qual, na sua opinião, se esqueceu de 20 anos de lutas ao lado do povo para cair nos acenos de canais de rádio e televisão e outros agrados do poder federal.

SEM AJUDA

O líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro, do Rio de Janeiro, fez para o Plenário da Constituinte um relato dos bastidores do comício, chamando atenção para o fato de que o encontro popular de Brasília não contou com a ajuda de uma só autoridade do Executivo, nem federal, nem estadual ou de qualquer prefeito. As despesas foram divididas entre os Constituintes que apoiavam a causa das diretas e do progresso do processo democrático no Brasil.

— Mas o próximo comício a imprensa não poderá mais esconder — observou outro pedetista, o fluminense Juarez Antunes, segundo



o qual o povo está com sede de justiça e com fome de comida.

VAIAS

Já Nelson Aguiar, do PMDB, afirma nunca ter o brasileiro agido com tanta justiça e manifestado com tamanha sabedoria sua vontade política com nessa ocasião, vaiando os peemedebistas em face da conduta nacional do Partido.

— O povo vaiou e irá vaiar muito mais o partido que lhe está dando o calote, em todos os sentidos: o calote do cruzado, seguido pelo calote da reforma agrária, do confisco salarial, do tabelamento de preços e, principalmente, da Constituinte. Mas há o PMDB que não deve ser vaiado, aquele cujos integrantes podem ser definidos como "ouvidores da planície", que não são os ouvidores do Planalto. Como o PMDB é um só, o Planalto cuida que, implodindo-o, levará parte dele. Engana-se. O PMDB fica, mas o PMDB que permanece é o da planície. Se ele sair, o que restar será o do Pla-

nalto, mas não será PMDB, ainda que vestido dessa sigla.

RECUPERAR IDENTIDADE

Já Fernando Lyra, do PMDB de Pernambuco, anuncia que irá às ruas para recuperar a identidade do "PMDB audacioso e combatido", que liderou a campanha pela reconquista do estado de direito e também em defesa do completo retorno das liberdades democráticas.

— Convoco todos os militantes progressistas do PMDB para retornarem às ruas em defesa das eleições diretas. Volto às ruas para resgatar os compromissos que meu partido firmou diante de milhões de brasileiros.

Enquanto isso, o gaúcho Victor Faccioni, do PSD, pergunta:

— O que fez o PMDB com o verdadeiro cheque em branco que o povo brasileiro lhe deu?

Juarez Antunes, do PDT do Rio, diz então:

— A Arena se desmoralizou e teve de mudar de nome. O PMDB tem de reagir aos acenos do Governo Sarney, e não ir para a boca da cobra, como a rã, que estrebucha, mas vai.

Gumercindo Milhomem, do PT do Rio Grande do Sul, gostou da metáfora, e diz:

— A rã esperneia, mas vai para a boca da cobra. Do verdadeiro PMDB queremos distância, pois ele está no Poder.

Outro do PT gaúcho, Olívio Dutra, também fala ao Plenário:

— O povo de Brasília realizou, talvez o seu maior ato político. Apesar do terrorismo do Governo, foi um sucesso.

O retorno do plebiscito

O plebiscito está de volta, reabilitado pela Assembléia Nacional Constituinte, depois de ter sido relegado ao esquecimento quase completo no Brasil.

No âmbito das Comissões Temáticas e da própria comissão de sistematização, os constituintes propuseram a realização de plebiscito, em níveis municipal, estadual e federal, para decisões pertinentes a diversos problemas.

Esse mecanismo de consulta, que vem da Roma Antiga (*plebiscitu*, decreto do povo reunido em comício) e que funciona como indutor da decisão, é muito parecido com o referendo (do latim *referendum*), só que este tem caráter homologatório e não é necessariamente popular.

O plebiscito consiste basicamente em se submeter uma resolução, uma questão de interesse vital para a comunidade e até mesmo um nome, ao julgamento popular, que a aprova ou recusa, em pleito universal, por meio de cédulas, em regra impressa oficialmente com as palavras sim e não, devendo o consultado riscar a palavra com que está em desacordo ou de acordo, conforme as instruções mencionarem.

"Essa consulta se faz, sobretudo, quando a nação se agita e parece estar dividida entre duas correntes de opinião, e o plebiscito dirá qual o braço da balança mais pesado. É uma forma altamente democrática de dirimir conflitos entre poderes" (F. Trotta).

A teoria da representação política salienta que a ampliação da esfera da ação governamental e a crescente complexibilidade dos problemas políticos, na sociedade moderna, praticamente extinguíram a democracia simples ou participatória, que, na definição de Thomas Paine, consistia na sociedade autogovernando-se.

A democracia simbolizada pelo plebiscito, com o povo reunido em Atenas, Roma ou nos cantões suíços e decidindo sobre assuntos de interesse comum, cedeu lugar à democracia representativa.

O plebiscito, paradigma da democracia participatória, convive com os instrumentos da democracia representativa direta e indireta (sistemas eleitorais e partidários, grupos de interesse, etc). Em muitos aspectos, pode até reforçá-los, pois a representação está ligada a um processo de duplo sentido de comunicação das mensagens políticas; depende de todos os canais de informação recíproca e é sensível a todas as perturbações que aconteçam neste campo.

Há interessantes relações entre as ações representativa e participativa. Os dois sistemas — o direto e o representativo — dependem ainda de uma cultura democrática participante e não-passiva junto ao público e de uma cultura democrática e flexível, em vez de autoritária e dogmática, junto às classes políticas.

A possibilidade de ocorrência em diferentes regimes políticos também é um fator comum aos dois sistemas. Mesmo em regimes fechados, como na União Soviética, há representação política e participação (ainda que muito limitada).

Tanto o plebiscito quanto o referendo servem de freios e contra pesos para que a coletividade social também componha a autoridade que exerce o poder soberano do Estado, ambos inserindo-se, ao mesmo tempo, no processo de controle constitucional. No regime político democrático, que tem um de seus pilares na legitimidade dos governantes, os dois mecanismos podem exercer papel preponderante.

Sem prejuízo de outros mecanismos de representação popular direta ou indireta, tais como os sistemas eleitoral e partidário e os grupos legalmente constituídos para representação de interesses setoriais ou de classe, o plebiscito é aplicável a sociedades em fase de modernização ou já modernizadas, o que o destitui do caráter suposta-

mente anacrônico que lhe atribuem seus críticos.

As freqüentes interferências nos canais de intercomunicação entre o Estado e a Sociedade, governantes e governados, são responsáveis pelo surgimento de fatores de instabilidade política e da exacerbção de conflitos, que, sob determinadas condições de controle político e social, poderiam ser classificados como perfeitamente compatíveis com o regime democrático. O sentido profilático do plebiscito seria a desobstrução desses canais, com os governantes decidindo, com a assessoria popular, as questões de maior conflito.

Governantes consultando governados faz parte do processo de *disclosure*, do sistema liberal de governo, em que haja pluralidade de opiniões e comportamentos. Em sistemas de conciliação, tal como nos Estados Unidos e na França, a prática plebiscitária se torna mais simples e freqüente. Para um sistema de mobilização, como no Brasil, ela pode ensinar o maior engajamento popular nos projetos de maior impacto político, econômico e social. Por analogia, vale citar a adoção do plebiscito pela *glasnost* soviética. E a URSS (um mamute tecnocrático) quer reformar sua economia e modernizar seu obsoleto sistema administrativo, segundo palavras repetidas por Gorbachev e Ryzhkov.

A esta altura, os soviéticos pendem mais para Tocqueville do que para Marx e desprezam as advertências feitas pela crítica aristocrática, em relação ao maior acesso às elites, nas sociedades de massa.

Critica-se, comumente, o plebiscito como facilmente manipulável ao sabor dos interesses do grupo dominante, de tal forma que o sim ou o não dado pelo povo pode servir para a convalidação de regimes totalitários (e citam Hitler, Mussolini e Pinochet). Convém recordar o próprio Alexis Tocqueville, quando afirma:

"Tenho por ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria de um povo tenha o direito de tudo fazer e, no entanto, situo nas vontades da maioria a origem de todos os poderes. Quando recuso uma lei injusta, não estou negando que a maioria tenha o direito de comandar. Quando vejo concedido o direito e a faculdade de tudo fazer a um poder qualquer, seja ele o povo ou o rei, a democracia ou a aristocracia, afirmo: está ali o germe da tirania."

Política é arte, prática e ciência, e todos esses fatores são passíveis de manipulação. Quem melhor o exprime é Maquiavel, em sua conhecida alusão ao povo como "matéria-plástica" nas mãos do "Príncipe". O plebiscito, evidentemente, é passível de manipulação, a menos que seja praticado com mecanismos de controle e fiscalização, a exemplo dos que se adotam para as eleições, embora as fraudes, quase sempre, ocorram nos processos eleitorais. E não será pela ocorrência das mesmas que se deixará de realizar eleição em qualquer parte do mundo...

A experiência plebiscitária brasileira é muito pobre, mas serve de ponto de partida para novas tentativas.

Em quase 100 anos de república, foram realizados apenas dois plebiscitos de maior vulto: o primeiro, durante o Governo João Goulart, em 1961, para decidir sobre a manutenção ou não do parlamentarismo. A realização do plebiscito foi determinada pelo Ato Adicional de 2 de setembro de 1961, através do art. 25 das disposições transitórias, que condicionava a sua aplicação ao art. 22, o qual estabelecia: "Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas Casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros".

Por sua vez, o art. 25 determinava: "A lei votada nos termos do art. 22 poderá dispor sobre a realização de

plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial." Sendo esse termo 31 de janeiro de 1966 (art. 21), o povo seria chamado a pronunciar-se no mês de maio de 1965, a tempo de programar-se eleição para a Presidência da República a 3 de outubro do mesmo ano, na hipótese de rejeição da manutenção do parlamentarismo.

"Goulart encontrou-se, em 1963, como Vargas em 1937, com a facilidade de conspirar às claras contra um regime que ninguém defendia. A campanha pelo plebiscito ilegal, concertado entre a ambição dos políticos e a potência do dinheiro, foi feita às claras, como a do golpe de 1937. E, com o plebiscito, veio a Emenda Constitucional nº 6, de 23 de janeiro de 1963, que "restabeleceu o sistema presidencial de governo instituído pela Constituição de 1961". O que foi este "restabelecimento", disseram-no os atos do governo "restabelecido", que, como já se disse, levaram metodicamente o País à crise de 1964. Não existe, em todo o nosso carregado passado republicano, exemplo tal de esmerada competência na inépcia" (Capítulo 14 — As Constituições do Brasil — pág. 132).

Foi um plebiscito de cartas marcadas, realizado sob maciça propaganda da palavra de ordem "parlamentarismo não", patrocinada por Jango em defesa do retorno do presidencialismo. Foi o tiro da misericórdia na curtíssima e sabotada (para desgosto de Raul Pilla) experiência parlamentarista (de setembro de 1961 a janeiro de 1963). A seis de janeiro de 1963, 18 milhões de eleitores disseram não ao parlamentarismo.

A segunda experiência plebiscitária, em 1963, foi para se decidir a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Disseram "sim" 49.707 cidadãos e "não" 874.137, mas a fusão se concretizou anos depois, em 15 de março de 1975, no Governo Médici.

A nova onda plebiscitária brasileira coincide com a iminência da adoção do regime parlamentarista, como segunda experiência histórica. Normalmente, sob o regime presidencialista, esse mecanismo encontra menor utilidade, mesmo porque a assimetria de poderes favorece enormemente ao Executivo.

No regime parlamentarista, os conflitos entre o Legislativo e o Executivo comportam uma solução por via da consulta popular — como estabeleciam as Constituições da Alemanha, antes da ascensão de Hitler, e as de Bremen, Checoslováquia, Austrália, Irlanda, Letônia, Estônia e Grécia, logo depois da I Guerra Mundial.

Pela Constituição alemã de 11 de agosto de 1919, o Reichstag era poderoso o suficiente para, mediante decisão de dois terços de seus membros, destituir o Presidente da República, com referendo popular. Se o povo recusasse a destituição, automaticamente ficava dissolvido o Reichstag (art. 43). Uma lei votada pelo Reichstag devia ser submetida a referendo, antes de sua publicação, se o Presidente do Reichstag assim o decidisse dentro de um mês.

No Brasil, embora ainda pouco utilizado, o plebiscito, assim como o referendo, vem curiosamente acompanhado do regime parlamentarista, numa sintomática associação das teorias da democracia participatória com as da representativa, o que contesta a tese de que a emergência da segunda, na política contemporânea, sepultou a primeira.

O exercício plebiscitário aqui proporcionará, no mínimo, a conscientização cívica do eleitorado — o valor educativo reconhecido por Bryce e o atributo necessário e lógico da democracia vislumbrado por Charles Bourgeaud.

Feichas Martins
Jornalista



Brizola abriu o 1º Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático.

Congresso Socialista debate Constituinte

Com o propósito de contribuir para o debate do processo constituinte, o Partido Democrático Trabalhista — PDT, realizou, de 10 a 13 do corrente, o 1º Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, no auditório Petrólio Portella, do Senado Federal.

O Congresso, denominado "A Transição e a Constituinte" foi aberto na última sexta-feira, dia 10, com a presença de delegações pedetistas de todos os Estados brasileiros, de representantes da Internacional Socialista e da Social Democracia da Europa e das Américas e de representantes de várias embaixadas acreditadas no Brasil. Estiveram, ainda, representados, como convidados especiais, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores.

Na solenidade de abertura, o presidente do PDT, Leonel Brizola, destacou a importância do Congresso no debate dos temas referentes à Assembléia Nacional Constituinte justamente no momento em que ela se realiza. Conforme salientou, o Congresso terá a mesma divisão dos trabalhos que teve a Constituinte, ou seja, discutirá os temas constituintes em oito comissões, idênticas às comissões em que se dividiu a ANC. Duas outras comissões tratarão de assuntos diferentes aos da Assembléia Nacional Constituinte: uma debaterá os problemas da conjuntura política atual do País e a outra tratará de aspectos ligados à organização partidária do PDT.

O Líder do PDT na Constituinte, Deputado Brandão Monteiro (RJ), observou que o Congresso do Socialismo Democrático é, a

seu ver, "a maior contribuição que um partido político brasileiro pode dar ao processo constituinte e à Nação neste momento." Ele assinalou que "é a primeira vez na nossa História que se faz um Congresso Nacional em que a tônica fundamental é discutir o processo constituinte no mesmo momento em que a Assembléia Constituinte elabora a Nova Constituição".

Brandão Monteiro destacou que os propósitos do PDT são muito claros em relação aos objetivos do Congresso: "queremos colocar as nossas teses e as nossas propostas para que todo o País as conheça e discuta e, também, para que se recolha no seio de todo o partido e da nossa população os caminhos que devemos percorrer para contribuir para o novo ordenamento constitucional do País".

Por sua vez, o Deputado Juarez Antunes, do Rio de Janeiro, membro da direção nacional da CUT e ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, assinalou que "o congresso visa coordenar e adequar de maneira mais consequente as discussões políticas que se dão na atual conjuntura no País". Como sindicalista, ele espera que o PDT neste congresso tire posições de luta dentro da linha da CUT. Para ele, o partido deve determinar com clareza seu apoio à liberdade e autonomia sindical, nos moldes da Convenção 87 da OIT, o apoio à estabilidade no emprego e à jornada semanal de trabalho de 40 horas, à paridade salarial dos aposentados e ao direito de greve. Concluindo, disse esperar que o PDT apoie a greve geral programada para o dia 12 de agosto.

Sistematização debate projeto com lideranças

Reunida sexta-feira com a presença dos líderes das bancadas, a Comissão de Sistematização tentou selar um acordo que permitisse a votação imediata do segundo anteprojeto elaborado pelo Relator, Constituinte Bernardo Cabral, incluídas as emendas, e sem pedidos de destaque. A idéia básica é superar a discussão entre emendas de adequação e as de mérito e, assim, suprimidos quatro dias de discussão e votação do anteprojeto, seria encaminhado o texto completo para o plenário da Constituinte e o debate centralizado nas questões de mérito.

Pelo calendário atual, a apresentação do anteprojeto ocorreria na sexta-feira, dia 10; no sábado, haveria o recebimento dos requerimentos de reclamação sobre a classificação das emendas e dos requerimentos de destaque e, também, a deliberação da Presidência sobre requerimentos de reclamação, discussão do projeto e das emendas; no domingo e na segunda-feira, votação do projeto, sendo que na terça-feira, aconteceria a votação da redação final; por último, na quarta-feira, dia 15, o Projeto de Constituição seria enviado ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

O PMDB e o PFL e outros partidos optaram por um acordo, mas houve a discordância das Lideranças do PDS, PTB e PDC. O Constituinte Adolfo Oliveira (PL — RJ), Relator-Adjunto da Comissão de Sistematização, lembrou, na ocasião, que “acordo não é consenso”, opinião endossada por vários outros participantes da reunião, como os Constituintes Brandão Monteiro (PDT — RJ), Luiz Henrique (PMDB — SC), Plínio Arruda Sampaio (PT — SP), Carlos Sant’Anna (PMDB — BA) e Roberto Freire (PCB — PE). O Constituinte Amaral Netto (PDS — RJ) argumentou que a Comissão de Sistematização é delegada ao plenário, não podendo, portanto, mudar prazos, “o que implica em modificar o Regimento Interno”, sem que seja ouvido o Plenário. Disse também que, na qualidade de Líder do PDS, não poderia concordar com a medida sem o pronunciamento de sua bancada.



A Comissão de Sistematização, tendo na mesa o Presidente Afonso Arinos, o Relator Bernardo Cabral (E) e o Líder Mário Covas (D), debateu o acordo para encaminhar seus trabalhos



Antes da reunião, os líderes partidários conversaram muito em busca de consenso

Nova proposta de Carta com 496 artigos em discussão

Ao apresentar o seu parecer às 5.624 emendas oferecidas pelos Constituintes ao anteprojeto inicial, o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM) justificou o seu trabalho, explicando as limitações regimentais que o impediram de corrigir certos aspectos do texto.

Do total de emendas, foram admitidas como de adequação 977. O Relator acolheu totalmente 324 e parcialmente 85, daí resultando o projeto de Constituição com 496 artigos. Assim, foram eliminados 57 dos 553 dispositivos que constituíram o anteprojeto inicial. O Relator considerou prejudicadas 55 emendas e rejeitou outras 513.

Assim, Bernardo Cabral explicou o seu trabalho:

“Senhores Constituintes:

Tenho a honra de retornar à presença de V. Ex^{as}, em cumprimento aos ditames estabelecidos no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte (art. 20), bem assim no da Comissão de Sistematização (art. 23, § 3º), a fim de apresentar o Parecer sobre as Emendas ao Anteprojeto de Constituição. Ao término dos opinamentos, deduzirei, ainda em obediência aos aludidos Regimentos, o Projeto de Constituição.

Reitero afirmação que fiz, quando do oferecimento do anteprojeto: as regras regimentais, que balizam minha ação, cercearam a liberdade de iniciativa do Relator. Tal como a grande maioria dos Senhores Constituintes, também detectei, no anteprojeto, a par de virtudes e inovações elogiáveis, inconsistências, superfeições, desvios e, acima de tudo, a ausência de um fio condutor filosófico.

Tais problemas não me era dado corrigir — e é incomodamente óbvio assinalar — nesta etapa de nossos trabalhos. Esforcei-me, com a ajuda afetiva e efetiva de tantos, lidando com materiais oriundos das mais diversas tendências e procedências, em procurar compatibilizar e sistematizar os frutos dos trabalhos das Comissões Temáticas, tão diversas não só no assunto de que tratavam, quanto na composição ideológica de cada qual.

É de uma pontiaguda evidência, pois, que o resultado dessa multifacetada contribuição só poderia ser um documento complexo, extenso, não uniforme.

Doutra parte, copiosas emendas — que poderiam ter atenuado tais inconveniências — não comportariam, neste momento, ser acatadas, como claramente prescreve o artigo 19, § 2º, do Regi-

mento da Assembléia Nacional Constituinte, prestigiado em sua plena eficácia por manifestação unânime do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e das lideranças partidárias.

Abrir-se-á, entretanto, logo após este segmento de compatibilização e adequação, o instante mais frutuoso de nossos misteres: em Plenário, sem limitação de conteúdo, formularão Vs Ex^{as}, estou certo — e então sim — as Emendas que traduzam ou possam vir a traduzir os anseios da sociedade. A elas se somarão, na época, as chamadas Emendas Populares, verdadeira manifestação das aspirações da cidadania.

Sensível a todo este notável repositório, ao qual farei aditar não só algumas idéias importantes dos trabalhos das Comissões Temáticas, como ainda a consideração ao veiculado em Emendas que agora, por motivos regimentais, não puderam ser apreciadas, e, ademais, por convicções pessoais, este Relator elaborará Substitutivo, à apreciação dos meus eminentes pares.

E aí sim, este será trabalho de minha lavra, cuja defesa haverei de assumir, de um lado, sem o mais leve constrangimento, e, de outro, sem qualquer resistência às críticas e contribuições construtivas.

Devo colocar em relevo, por oportuno, que encareço a colaboração indulgente de Vossas Excelências para a discussão e apreciação deste Parecer, em que as razões de acolhimento ou rejeição de mais de mil Emendas tiveram fulcro na determinação normativa, que só as admitia, reitero, se estritamente formuladas com vista aos propósitos de adequação do trabalho apresentado com os anteprojeto oriundos das Comissões.

Ao final de sua exposição, esclareceu ainda o Relator:

“As demais emendas, não contidas nas enumerações acima enunciadas, foram encaminhadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Comissão, Constituinte Afonso Arinos, por entender o signatário, consoante expediente a S. Ex^a dirigido e a este acostado, que as teve por não afeiçoadas aos limites do artigo 19, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Concluo, portanto, como frisa o Regimento Interno da Assembléia Nacional, em seu art. 20, por Projeto de Constituição, rogando a Deus que nos ilumine a todos, em hora tão grave da vida nacional.”

ESCREVA A SUA CARTA

Uma das afirmações que se ouve com maior frequência é a de que o Brasil é um vasto continente. Mas, nesta época de Constituinte, podemos observar que tamanho não é problema, eis que todos estão se aproximando com a mesma velocidade com que se conduz o pensamento. É o que nos mostram as cartas, que continuam chegando, às centenas, aos constituintes e a este jornal. Confira. E mande também a sua mensagem.

Embaixada do México

A Embaixada do México cumprimenta atenciosamente a Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Honorable Câmara dos Deputados e se permite enviar dois exemplares do Jornal da Constituinte. Ao agradecer a atenção que se dignou prestar, a Embaixada do México aproveita a oportunidade para apresentar a Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Honorable Câmara dos Deputados a sua alta estima e distinta consideração.

Brasília, D. F., 05 de junho de 1987.



Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Honorable Câmara dos Deputados, Nesta.

EMBAIXADA DE MEXICO
BRASILIA, D. F. BRASIL

Constituintes,
Exmos. Srs. Constituintes,

Estava eu escrevendo uma carta sobre a situação do Brasil e abusei de algumas palavras, de parte dos deputados constituintes, de parte da imprensa, de parte da sociedade e de parte do tempo, cumprindo assim a minha obrigação de cidadão e de cidadão brasileiro. Não quero causar nenhuma ofensa a ninguém, mas sinto que é importante trazer para o conhecimento de todos a situação do Brasil e a necessidade de mudanças. Sinto que é preciso fazer um levantamento geral da situação do Brasil e da vida dos brasileiros, para que possamos tomar as decisões necessárias para a construção de um novo Brasil. Espero que esta carta seja útil a alguém e que contribua para a construção de um novo Brasil.

Exmo. Sr. Flávio Guimarães,
Presidente da Assembleia Nacional Constituinte,
Brasília - DF
Venho através desta, muito respeitosamente, participar na nova Constituição, enviando algumas sugestões:
Que esta nova Lei Magna, dê maior apoio ao trabalho rural, no que diz respeito ao regime da Previdência e Assistência Social, para que haja menos discriminação entre o trabalhador rural, não apenas com referência aos serviços e benefícios dos que são relativamente bem inferiores, aos estabelecidos para o trabalhador urbano. Isso seria por questão de justiça Social, principal motivo por sabermos que é de fundamental importância para o desenvolvimento do País o trabalho do homem no campo, ele que cedo inicia a diária na produção de alimentos, sem os quais o homem da cidade poderia não sobreviver.
Atenciosamente,
Luciana Koefich
Luciana Koefich

Flávia, 30/06/87
Oi Redator, escrevo ao Jornal Constituinte para parabenizá-lo e agradecer a publicação do meu artigo. É uma honra para mim poder contribuir com o seu trabalho. Espero que a publicação do meu artigo seja de alguma utilidade para o desenvolvimento do Brasil. Um abraço a todos os redatores e colaboradores do Jornal. Sua leitora,
Lúcia Helena

22 TERESOPOLIS, 22-07-87 R.F.
PREZADOS REDATORES DO JORNAL DA CONSTITUINTE
ESTAVA MANDANDO PARA VOCES ESSE MATERIAL QUE EU MESMO PRODUZI EM TRABALHO COMO CIDADÃO GANHO SALARIO NENHUM SEM SAZINHA, MAS TENHO QUE FAZER BISCOTE PARA NAO MORRER OU PARA FAZER BOM DIA PARA A LAZER NUNCA ESTAVA NA PARAIBA.
SEJA QUE EU NAO FAÇO ALGUEM NEM TRABALHEI NUNCA EM DIA
SE VOLES QUIZEREM PODEREM PUBLICAR MEUS TEXTOS OS ERROS ME PERDOE
PRA NAO SEREM CONSIDERADOS POR EU NUNCA FREQUENTEI UMA ESCOLA APRENDI TUDO SEM DIZER NA ESTRADA DA VIDA VIER DA PAI UM CAMPEAISE NA DIZIA QUE EU TUDO NAO DO COMIDA N NINGUEM QUE CAMEIA DE POBRE ESCAPO DE ENXARDA DE HOJE ELE E NINDO PAREO E CON TINHA ACREDITAVO NO QUE FALAVA
EU ESTOU MUITO PREOCUPADO COM O BRASIL ECONOMIA NAO ENTENDO PORQUE UM LADRAO DE GALINHA E PRESO E CONDENADO ENQUANTO OS LADRAOES DE BILHOES DE CRUZADOS E DOLARES SAO CONSIDERADOS ESPERTOS E ESTAO TODOS SOLTOS ROUBANDO MAIS E NUNCA
ASS. Antônio Vieira Almeida

REDACTOR do "Jornal da Constituinte"
Assembleia Nacional Constituinte
Câmara Federal dos Deputados
Praça dos 3 Poderes
Brasília - D.F.
Belém, 10 de junho de 1987
Sr. Redator:
Leci desta cidade tao distante ao Centro das grandes Decisões Nacionais, eu estou remetendo para esse brilhante Jornal ligado aos vindouros destino da Pátria, algumas sugestões visando a futura constituição brasileira.
El-las, pois:
1 - Como de fundamental interesse social, que seja criada, inicialmente no Capital Federal e nas capitais estaduais, a medida ao possível, o "Abrigo-Escola" para os mendigos, assim como também, para as crianças sem lar. O "Abrigo-Escola" incluiria toda espécie de assistência em benefício ao ser humano, como trabalho, profissionalização, divertimento e rendimento do produto de produção;
2 - O "Abrigo-Escola" seria de responsabilidade do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal. Com essas medidas, estaria sendo feita grande parte da Justiça Social enquanto todas as Capitais do país seriam limpas de mazelas e gradualmente deprimidas;
3 - Providências irreversíveis, para o cumprimento integral da Lei que institui o pagamento do salario minimo, para todo o país.
Tais providências visam o atendimento do salario minimo / para o interiorano, evitando-se a enganação, a exploração e a exploração sobre pobres e inefesos patrióticos;
4 - Na impossibilidade de ser criada a pena de morte, que seja triplicada a pena par os lembrados com a punição máxima, rigor estenuado para todos os laçoões do dinheiro público; e confiscação de bens.
Atenciosamente,
Daniel Câmara
Ass. Daniel Câmara

1987.
Lúcia Helena
Asssembleia Constituinte
A honra de, mais uma vez, contribuir para a construção de um novo Brasil. Um abraço a todos os redatores e colaboradores do Jornal. Sua leitora,
Lúcia Helena

Srs. Constituintes
Para que o detetive particular seja um ser participante como auxiliar da segurança nacional do País, devemos que sejam livres os serviços de investigação particular e informações para as fins lícitos de interesse público-social, liberais ou autônomos, e que sejam consideradas como técnicas científicas os profissionais autônomos e liberais de nível médio.
José Alvim de Silva
Fortaleza - CE

O poder do dinamismo eletrônico

O novo sistema de votação que será usado para as grandes decisões do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte é um conjunto eletrônico moderno e sofisticado. Foi desenvolvido pela empresa alemã AEG Sistemas Industriais, a mesma que criou o sistema adotado na Alemanha e na Venezuela. A Câmara já possuía um sistema de votação eletrônica, desenvolvido há anos pela mesma empresa, o qual porém em nada se compara com o novo, que incorporou todos os progressos da tecnologia no setor. Deste equipamento dependerá, em grande parte, o êxito dos trabalhos do Plenário da Constituinte, pois o voto — que o processo garantirá rápido, seguro e indiscutível — significará a decisão do futuro das instituições nacionais.

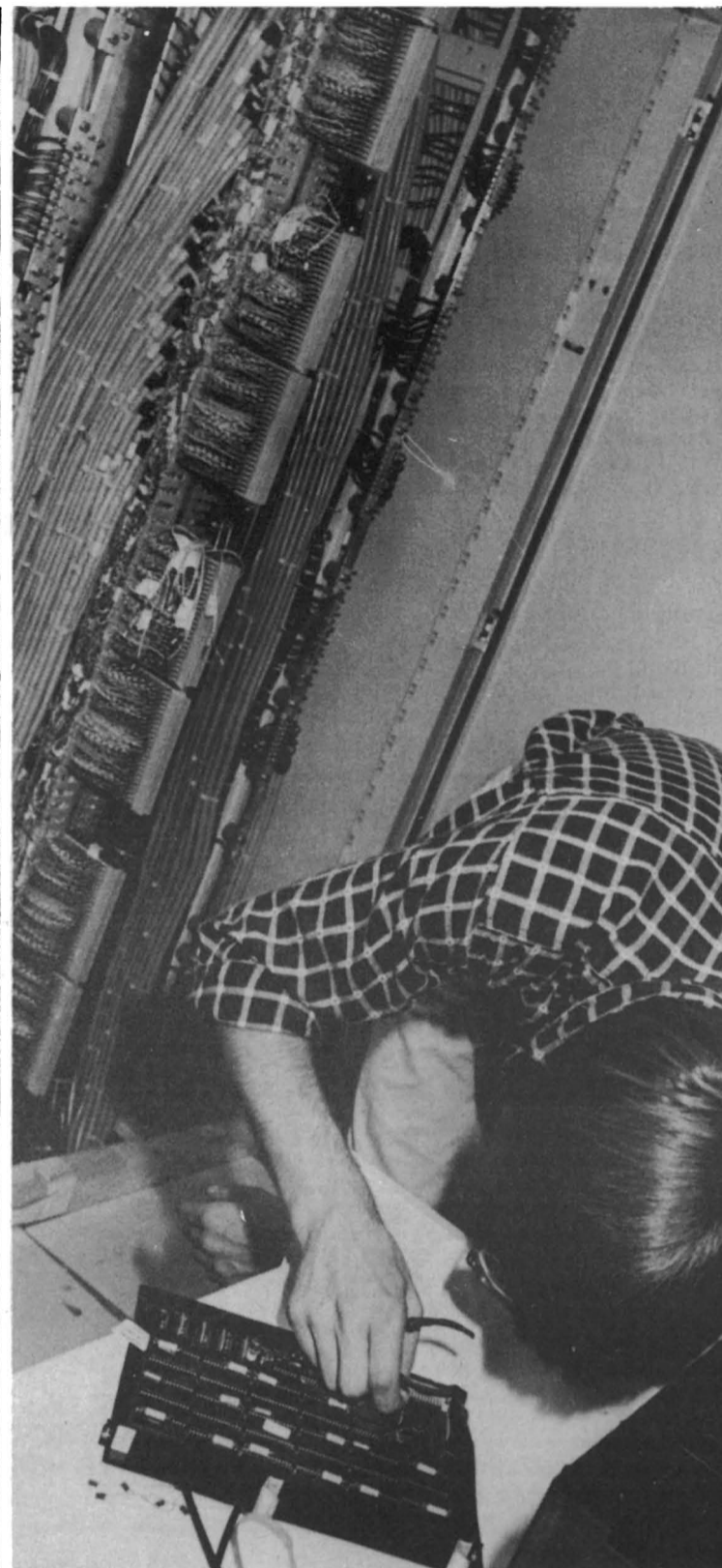
No Brasil, além do Legislativo, somente a Mercedes Benz possui um processo similar, em uso, para automação do parque industrial. A construção do sistema de cotação começou exatamente no dia 6 de janeiro, e, buscando um prazo recorde para a indústria nacional, deverá estar em processo de experiência no final de julho. Isso porque somente nessa data todos os equipamentos, que foram feitos por três empresas, estarão reunidos e prontos para funcionar e ter os eventuais erros corrigidos. O projeto foi desenvolvido por uma

zou dois cursos, envolvendo a manutenção e a manipulação dos computadores. E até o início das votações e o efetivo funcionamento do sistema terão participado de mais dois, como parte do contrato assinado entre a Constituinte e a empresa AEG.

Apesar de o avanço da tecnologia permitir maior agilidade no processo, o tempo gasto nas votações é indeterminado, já que dependerá basicamente da presidência da Mesa. Há, porém, uma novidade: os parlamentares somente saberão o resultado final apurado



No plenário, os técnicos montam as bancadas de votação dos parlamentares



Sofisticação e aprimoramento tecnológico marcam o sistema de votação.

equipe do Centro Tecnológico Informático — CTI, vinculado à Secretaria Especial de Informática, do Governo Federal —, órgão que tem a função de prestar assessoria e proporcionar desenvolvimento tecnológico ao serviço público. O custo orçado à época foi de 31 milhões de cruzados. O CTI elaborou uma espécie de “anteprojeto”, calcado ainda na filosofia do processo anterior, que era operante, mas não suficiente, mudando, porém, radicalmente a tecnologia aplicada.

Dessa forma, a sofisticação e o aprimoramento tecnológico ganharam espaço no Legislativo. Comparando-se os dois sistemas de votação, o novo possui a capacidade de armazenar cerca de 20 milhões de posições de memória e o antigo 32 mil. Todo o sistema é controlado por CLP (Controladores Lógicos Programados) e dois microcomputadores. A operação do conjunto é executada por seis pessoas, juntas desde a implantação do sistema há alguns anos passados. Essa equipe reali-



MODERNIZAÇÃO DO CEGRAF

O Centro Gráfico do Senado Federal — Cegraf, responsável pela composição e impressão de avulsos, anteprojetos, emendas e publicações oficiais da Assembléia Nacional Constituinte, além do **Jornal da Constituinte**, deu mais um passo para o aperfeiçoamento e a modernização dos seus trabalhos. Inaugurou o setor de fundição, ato que contou com a presença do Presidente do

Senado Federal, Humberto Lucena, o 1º-Vice, José Ignácio, o 2º-Vice, Lourival Baptista, o Primeiro-Secretário, Jutahy Magalhães, o Diretor-Geral, Passos Pôrto, o Diretor Executivo do Cegraf, Agaciel Maia, o Diretor Industrial, Josecler G. Moreira, Florian Madruga e servidores da Casa. Na foto, um aspecto da solenidade quando discursava o Diretor Executivo.

ou o voto pessoal, quando o presidente da Mesa determinar o final da votação. Até então o apregoador não mostrará o resultado e o Constituinte somente saberá que seu nome foi relacionado como votante. O código de luzes continua sendo o mesmo, ou seja, o verde será “sim”, o vermelho “não” e o amarelo “abstenção”. E será esse o ordenamento usado também para os trabalhos ordinários da Câmara e Senado, ocasião em que os nomes dos parlamentares, que estão em ordem alfabética, serão separados por Estados.

Os parlamentares, para votar, terão à disposição 459 bancadas. Haverá mais quatro avulsas, destinadas a atender aos que estiverem sem assento no plenário, já que o número de cadeiras é inferior ao de Constituintes. As bancadas, diferentes das antigas, que possuíam controles mecânicos, têm uma “inteligência” e vão fornecer aos Deputados e Senadores informações complementares ao processo de votação, como, por exemplo, se o voto está válido, se houve algum problema com o sistema como um todo ou na própria unidade, ou se aconteceu alguma interrupção por parte da presidência.

Através de um sistema digital haverá o controle do número individual de cada Constituinte, ao qual somente ele terá acesso. A possibilidade de vir a ocorrer uma fraude fica restrita à mesma hipótese do exemplo de um usuário de cartão de crédito que desse o mesmo a terceiros para ser usado indistintamente.

GARANTIAS

Por medida de cautela, até que o sistema seja devidamente dominado pela equipe de funcionários, a Câmara tem a garantia de um contrato de manutenção com a empresa executora do projeto pelo período de um ano. Nesse sentido foram tomadas providências de tal monta que vão permitir que o processo de votação não seja interrompido em caso de defeito. Todas as peças foram montadas em duplicata a fim de permitir conserto imediato. Na hipótese de faltar eletricidade no prédio do Congresso, nem assim haverá interrupção ou prejuízo para algum trabalho já iniciado. O conjunto está preparado para funcionar também com a energia do gerador e para armazenar imediatamente, sem perda, as informações que já tiverem sido processadas.

A equipe que monta o sistema está trabalhando freneticamente, sendo auxiliada por técnicos estrangeiros de diferentes países, com o intuito de aprontá-lo em tempo hábil, isto é, até o início do processo de votação do projeto constitucional. O local do equipamento de controle da votação eletrônica é de acesso restrito, para evitar que curiosos possam estragar o que já foi feito e que é fruto de grande esforço, e também para dar garantias de que haverá um processo seguro de votação. E há um detalhe que caracterizou o projeto desde o seu nascedouro, que é a preocupação de deixar sempre espaços para que possa haver uma constante transformação no equipamento, de modo a serem incorporadas novas tecnologias que de alguma forma se façam necessárias para dar ao Legislativo um sistema à altura das suas necessidades e do índice de desenvolvimento alcançado pelo País.

Luiz Carlos Linhares

A PRESSÃO DA SOCIEDADE



Medidas de segurança para a votação

A Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte esteve reunida durante a semana para adotar medidas de segurança no recinto do Congresso, quando da votação da nova Constituição em plenário. Ficou estabelecido, a princípio, que somente os constituintes, ex-parlamentares, funcionários e jornalistas credenciados poderão transitar no plenário. Nas galerias serão destinados 300 assentos ao público em geral, distribuídos proporcio-

nalmente entre os partidos. Na foto, da esquerda para a direita, Ademar Sabino, diretor-geral da ANC; Marcelo Cordeiro, primeiro-secretário; Jorge Arbage, segundo-vice-presidente (encarregado de organizar as medidas de segurança); Paulo Affonso Martins de Oliveira, secretário-geral da Mesa; Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte; Mauro Benevides, primeiro-vice-presidente; e Arnaldo Faria de Sá, terceiro-secretário.

Parlamentares franceses na Constituinte



Os parlamentares franceses Jacques Sourdille, Edmond Alphandery e Dominique Straus-Kahn, membros da Comissão de Finanças, foram recebidos pelo presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Após a audiência, no gabi-

nete do presidente, os visitantes, que estavam acompanhados da administradora da Assembléia Francesa, Dominique Mau-niere, foram conhecer as dependências do Congresso Nacional.



Empresárias defendem reivindicações

Durante cinco dias mulheres empresárias de Brasília, Anápolis e Goiânia estiveram reunidas no auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, debatendo sua integração, e expondo as reivindicações da categoria aos constituintes. O encontro, organizado pela presidente da Associação Profissional de Mulheres de Negócio, dona Marta Cury, teve palestras e painéis, contando ainda com a participação de vários constituintes, inclusive como conferencistas e debatedores.



Servidores criticam o Plano Bresser

Servidores públicos do Sul não concordam com as recentes medidas econômicas. Eles estiveram na Assembléia Constituinte para externar sua posição "contra o Plano Bresser". Na ocasião, procuraram os gabinetes de Líderes e representantes da região a fim de mostrar dados sobre as dificuldades que estão enfrentando. No Salão Verde da Câmara, os manifestantes exibiram faixas e cartazes.